



Terça feira 4 de Abril 1780.

PAVIA 15 de Fevereiro.

OArquiduque *Fernando*, e Arquiduqueza sua Esposa ainda estão na Corte de *Napoles*: tem-se feito em seu obsequio festas magnificas em *Pertici*, onde a Corte actualmente se acha, e entre elles huma mascarada, figurando a viagem do Grão Senhor á *Meca*; porém a Rainha não pode assistir a ella, por se achar molestada ha alguns dias.

Fallão aqui de huma desavença entre a Corte de *Vienna*, e a Republica de *Genova*, por se ter embaracado a leva das Recrutas, que os Officiaes Imperiaes perten dião fazer em *S. Remo*, e arrancados os Editaes, que para este fim se tinhão affi xado.

VENEZA 28 de Fevereiro.

Dizem as cartas de *Constantinopla*, que tendo repugnado o Embaixador de Inglaterra dar o seu consentimento para se guardar a neutralidade nos mares do Grão Senhor, desde a parte Occidental da Morea até o golfo de *Candia*, (pelo modo que já se estipulou no anno de 1674) de sorte que nenhum navio, nem corsario das Nações Belligerantes estorvem por elles a livre navegação, tem a Porta resolvido obrigar a que se dê intuito cumprimento áquelle Tratado, contes o que tem feito seus protestos o sobredito Embaixador, declarando que a sua Corte avaliará este expediente, como infracção da neutralidade.

MÖDENA 29 de Fevereiro.

A 19 do corrente nos chegou de *Varese* por hum Expresso a triste noticia do falecimento do Sereníssimo Duque *Francisco III.* nosso Soberano, falecido no dia 24 de huma dilatada molestia, tendo já mais de 81 annos de idade.

DUBLIN 17 de Fevereiro.

Tanto que o Parlamento Britanico, cedendo em fim á necessidade, concedeo á Irlanda na presente Sessão, o que com al tivez mostrou refuzar-lhe o anno passado, a saber, huma inteira liberdade de Commercio; empenharão-se em publicar por toda a parte, que a Irlanda tinha conseguido tudo quanto desejava, e que daqui em diante o Governo Inglez não acharia nela mais do que huma gratidão illimitada, com que sempre seguiria o seu partido. Entre esta geral confiança não faltáro al guns incredulos, que logo vaticinárão que os Irlandeses, por conhecereem demaziadamente quanto valia huma occasião favoravel, que talvez não tornasse em muitos seculos, não deixarião de se aproveitar dela, a fim de segurarem juntamente com a liberdade do Commercio a liberdade Politica, e de se resgatarem do jugo, em que os tem a Grande Bretanha, particularmente pela célebre Lei, que he bem conhecida com o nome de *Poynings Act*. Todos sabem que este famoso Ato, passado no Reinado de Henrique VII., e que tomou o nome de Mr. Duarte Poyning, Lugar-Tenente da Irlanda, em cuja Administração, e por influencia do qual foi passado, ordena entre outras cousas: » Que nenhum Ato feito » pelas duas Camaras do Parlamento Irlandez será válido, sem ter primeiro a » approvação do Conselho privado do Rei » em Inglaterra. » Igualmente he sabido, que este Conselho Privado ratifica, ou reprova os Actos do Parlamento Irlandez, meramente pela informação do Procurador Geral Britanico, de sorte que, se he verdade, que a felicidade do povo resulta das boas Leis, a ventura da Irlanda depende da opinião de hum Estrangeiro, que não

não tem trato algum com este Paiz, e que igualmente ignora as necessidades da Nação Irlandesa, e os motivos, que obrigarião os Representantes a ordenarem a Lei, que se sobmette ao seu exame.

Tendo sido esta escravidão, tão contraria aos mesmos principios da Constituição Britanica, ha muito tempo o objecto das queixas deste Reino, não era falso de verosimilhança o vaticinio de que acabámos de fallar, e effectivamente parece que estamos em pontos de o ver verificado. A 9 deste mez propoz Mr. Richard Johnston na Camara dos Communs, que se convocassem todos os Membros para o dia 16, visto o ter determinado fazer neste dia a Proposta: » Que fosse permitido formar hum Bil, em que se revogasse o Acto chamado *Lei de Poyning* » e em conformidade disto se passou a ordem do dia. Com bastante dificuldade se consentio na mesma Sessão, na Proposta que fez Mr. Foster: » Que a Camara se ajuntaria no dia seguinte em plena Deputação, para ultteriormente opinar sobre o Discurso do Vice-Rei » isto he, na parte que respeita aos Subsídios públicos. Tendo Mr. Grattan, e alguns outros Membros do Partido Patriotico observado, que se poderaíao aproveitar da sua ausencia, por estarem proximos ás ferias, para concederem Subsídios contrarios aos interesses da Irlanda, os Membros Ministeriaes se virão obrigados a prometterem, que não se trataria de Subsídios neste intervallo. Perguntando Mr. William Osborne nesta occasião se os Bills, actualmente pendentes no Parlamento Britanico, era tudo quanto podia esperar a Irlanda; e não lhe respondendo nem o Secretario do Vice-Rei, nem outro algum Membro, declarou elle: » Que em quanto o Commercio do seu Paiz estivesse sujeito a alguma restrição, elle não consentiria no menor subsidio; e que antes de muito tempo mostraria, que ainda restavão muitas restrições para se tirarem: Que ao mesmo tempo que por huma parte se lhe concedia a liberdade do Commercio do vidro, se lhe limitava por outra numá palavra, que com a Irlanda se usava de reserva; e que no comportamento da Inglaterra tudo

lhe parecia equívoco. » No dia seguinte 10 de Fevereiro apresentáron Mrs. Forrescue e Corry duas Representações, huma dos Fabricantes de linho do Condado de Donegal, outra dos de Newry, em que se queixão, que a exportação dos tecidos de linho fabricados em Inglaterra he mais protegida do que a dos melmos generos de Irlanda pelos premios que se assignão, pedindo em consequencia, que se concedão os mesmos premios aos tecidos exportados de Irlanda para Paizes Estrangeiros. Mr. Forbes propoz, que se tratasse huma matéria ainda mais importante: Ieo os Artigos de hum Bil, a fim de se fizerem as commissões dos Juizes dependentes da clausula: *Quandiu se bene gererint* [em quanto se comportarem bem] e anunciou ao mesmo tempo, que elle proporia tambem, que se requeresse a S. M. quizesse aumentar os ordenados destes Magistrados.

» Se reflextirmos que semelhantes diligencias, para fazer os Juizes mais independentes da Coroa, forão hum dos symptomas da revolução, que então se hia formando na America, far-se-ha mais ajustado conceito do espirito de independencia, que actualmente anima os Irlandeses. Os do partido do Ministerio Britanico forcejão por reprimir os seus effeitos por meio de negociações, e principalmente dilatando a revogação do Acto de *Poyning*, representando aos Membros dos Communs, que he necessário buscar antecedentemente o parecer de seus constituintes nas ferias proximas; porém como não he duvidosa a opinião do povo neste ponto, espera-se que no dia indicado se torne a tratar deste importante objecto; e chegão a dizer, que huma das clausulas do Bil seria » que todo aquelle, que se oppuser á revogação do Acto de Henrique VII., chamado Lei de *Poyning*, he inimigo da Irlanda, e da sua Livre constituição.

Na Sessão de 15 de Fevereiro deo Mr. Richard Johnston conta, que elle tinha já dado noticia da sua intenção, de propor naquelle dia hum Bil, pelo qual se revogasse hum Acto feito no 41.^a anno do reinado da Rainha Isabel, o qual elle considerava como huma barreira para se não poder annular a Lei de *Poyning*, justamente

condemnada por todo o que he verdadeiramente amigo da sua Patria; mas tendo consultado com alguns Membros, achou ser conveniente dilatar este negocio até das poiss da separação, para que os Membros tivessem tempo de consultar os seus Constituintes no tempo das ferias, e recebessem as instruções das Províncias, Cidades, e Povoações, que se devião ajuntar para este fim, antes de se ventilar esta grande questão nacional. Que os Cidadãos de Dublin devião ser convocados, segundo elle entendia, na segunda feira seguinte: os Senhores de terras de *Armagh* onze dias depois: que se devia esperar que este animado exemplo fosse seguido por todas as Associações, e Paizes do Reino. Observou tambem que a questão se trataria logo depois das ferias n'hum plano mais amplio do que aquelle, em que elle primeiro a adoptara.

Continuação das notícias de Londres de 8 de Março.

O Capitão *Thompson*, que sahia de *Gibraltar* a 9 de Fevereiro, trouxe unicamente as segundas vias das duas cartas do Almirante *Rodney*, de que já démos o contheudo. Os originaes tinhão sido mandados pelo Capitão *Macbride*, Comandante do *Beneficio* de 64 peças, que se fez á vela da bahia de *Gibraltar* em 28 de Janeiro; mas este Official embarracado pelo vento d'*Oest*, que o não deixou sahir do Estreito, e depois retardado pelas tempestas, não chegou a *Londres* senão no 1.^º de Março de manhã. Foi recebido pelo nosso Monarca com o maior agrado, maiormente por ter este Capitão tido muita parte na accção, como tambem os Capitães *Edmundo Affleck* do *Bedford*, *Elliot* do *Edgar*, *Duncan* do *Monarca*, *Chaloner Ogle* da *Resolução*, *Oudale* do *Ajax*, e principalmente o Capitão *Cranston* da *Defensa*, navio de 74 peças, que sofreve só por algum tempo a maior força do fogo do Inimigo. Mr. *John Lochart Ross* não pode ter parte na accção, por quanto o seu navio o *Real Jorge*, e os mais, que não são forrados de cobre, são menos velocios para poderem vencer os obstáculos, que lhes embarracava chegarem-se ao Inimigo. O Capitão *Thompson* foi tambem muito bem re-

cebido de S. M., e se entende que tanto a elle, como ao Capitão *Macbride* se lhe darão despachos competentes.

Foi Mylord *North* quem propoz na Camara dos Communs o darem-se públicos agradecimentos ao Almirante *Rodney*, cuja proposta foi recebida, e applaudida em ambas as Camaras, até pelos mais illustres Nauticos do Partido da *Opposição*, quacs não na Camara Alta: o Almirante Duque de *Bolton*, e na dos Communs o Almirante *Keppel*, e Mylord *Howe*; mas propondo os Membros do mesmo partido nas duas Camaras, que se pedisse a S. M. quizesse conferir a Mr. *Rodney* o posto de Tenente General da Marinha [vago por dimissão de Mr. *Hugo Pallisser*] os dous Ministros repugnáron consentir nisto, por ser huma cousa, que era contraria à Regalia da Coroa no dispôr dos cargos, e empregos, &c.

Na Sessão do Parlamento de 23, tendo Mr. *Buller*, hum dos Comissarios do Almirantado, apresentado as contas das construções, concertos, e outras despezas ordinarias, e extraordinarias da Marinha para o anno corrente, Mr. *Hartley* sustentou, que a Camara não devia conceder subsídios ulteriores, sem que primeiro se houvesse deferido ao desejo da Nação, a respeito da reforma requerida nas despezas públicas. Mr. *North* como cabeça dos Membros Ministeriales respondeu: « Que estas petições representadas ao Parlamento não exprimão o sentimento unanime dos possuidores de terras do Reino; que ainda no caso de o exprimirem, a sua opinião não podia servir de regra indispensavel para os Membros do Parlamento, que devião ser independentes no seu modo de auxiliar, e de obrar: por fim, que por mui necessaria que fosse semelhante reforma, na presente conjuntura o serviço público não podia admittir dilação. » E tendo o Ministro a maior parte dos votos pelo seu parecer, a Camara se formou em deputação para o subsidio, e concedeu 385 libras esterl. para os gastos ordinarios da Marinha, comprehendendo-se nisto a meia paga dos Oficiais do mar; e 6.973 libras esterl. para a construção, concertos, e outras despezas extraordinarias da Marinha para o anno de 1780.

Na Sessão de 6 deste mez propoz Lord North o Budget, ou plano dos subsídios para o anno corrente, cuja somma importará em 20.650 lib. esterl. das quaes 3.400 lib. em bilhetes sobre o thesouro público: 2.750 lib. seria o producto das taxas sobre os fundos, e ingredientes, de que se faz a cerveja, 2.500 lib. se tirarião do fundo de amortização: e 12 milhões se tomarião emprestados. Por falta de lugar deixamos para outra folha as mais circunstancias deste plano, e o modo, com que foi proposto, e debatido.

P A R I S 12 de Março.

Ainda que as noticias vindas pelo navio, que chegou da Martinica a Nantes, parecem contradizer a de ter chegado o Almirante Arbuthnot, como também a tomada de duas fragatas nossas: com tudo, muitas cartas particulares da Martinica, com a data de 3, e 7 de Janeiro, dizem expressamente, que Mr. Arbuthnot chegaria á Barbada com 500 homens de Tropas Inglesas; e também fazem menção da perda das nossas duas fragatas a Fortuna de 36, e a Branca de 32 peças, commandadas por Mrs. de Marigny e de la Galiffionniere. Dizem que vendo-se cercadas de 4 náos de linha se não renderão, senão no ultimo extremo; depois de se terem valentemente defendido. Estas noticias pedem ainda confirmação, majormente porque o Governo ainda não publicou coisa alguma, depois que recebeu os despachos do Marquez de Bouille.

** Já entre as noticias vindas de Inglaterra démos conta da tomada destas fragatas, e de serem 3, em lugar de 2.

Tendo S. M. dado licença ao Marquez de la Fayette para voltar á America, este Official se foi despedir no dia 27 de Fevereiro de S. M., levando o uniforme de Major General das Tropas Americanas; e ha de embarcar em huma fragata da Coroa, que se lhe prepara para este fim. Dizem que mandará huma Divisão no Exercito dos Estados Unidos: porém persuadem-se outros, e não sem fundamento, que Mr. de la Fayette será empregado em alguma ex-

pedição particular, que o nosso Governo tem intentado juntamente com os Americanos, em alguma parte do novo continente Septentrional.

C A M P O D E S. R O Q U E.

13 de Março.

A Praça inimiga continua no systema de não fazer fogo sobre nós: mas trabalham com calor em assentar baterias sobre todos os sitios da montanha, que as podem admittir, e se empenham com especialidade em fortificar a parte, que corre para a ponta da Europa.

Como o estreito está desimpedido, tem passado para Oeste algumas embarcações mercantes Hespanholas, que vem de Málaga tendo dado fundo em Algeziras quatro galcotas, que as comboiavão; e os nossos navios estão ancorados em sitios proporcionados para protegerem a navegação destes mares. A 6 do corrente marchou deste campo para Cadiz o primeiro Batalhão do Regimento de Infantaria ligeira de Catalunha.

L I S B O A 4 de Abril.

Por Decreto de 18 de Março foi S. M. servida nomear a Carlos Warger Russel para Coronel de Infantaria, e Governador do Forte de S. Francisco, annexo á Praça de Chaves.

Também foi a mesma Senhora servida, por outro seu Decreto de 20 de Março, despachar ao Capitão Reynaldo Oudinot para Sargento mór de Infantaria, com exercicio de Engenheiro.

O navio Portuguez *S. Miguel* e *Almas*, Mestre Thomé de Lemos, vindo de Londres, que entrou no nosso Porto, trouxe noticia de ter encontrado a frota Inglesa da Jamaica, que se recolhia á Inglaterra. As Gazetas de Hollanda, e de Hespanha também dão noticia da chegada desta frota; mas os papeis Ingleses de data posterior só dizem a respeito della, o que nós referimos no ultimo Supplemento.

O cambio he hoje na nossa Praça: Para Amsterdam 46 $\frac{3}{4}$ Londres 64. Genova 710. L.ºs Paris 456. L.ºs

SUPPLEMENTO

A'

GAZETA DE LISBOA
NUMERO XIV.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sexta feira 7 de Abril 1780.

RATISBONA 25 de Fevereiro.

ADieta, que se tornou a congregar depois das ferias da Quaresma, tem tratado com grande calor o negocio da Ratificação da Paz de Teschen, pelo Imperador, e Imperio. Na primeira Sessão tomou posse Mr Hauser, Ministro Directorial de Moguncia, com as ceremonias do costume, e se determinou a Sessão seguinte de 18 de Fevereiro, para se começar a tratar aquelle ponto, sendo a mais essencial questão » se o Imperio ratificará a Pacificação pura, e simplesmente, ou se a esta Ratificação se acrescentará a clausula *salvo o Direito de cada hum* » pois no caso que o Corpo Germanico tome o primeiro partido, será firme a Paz; mas tirar-se-ha por autoridade, é quasi sem exame o Direito, que alguns Pertinentes, além das Potencias Contratantes, tem á sucessão da Baviera; e se lhe acrescenta a clausula salvatoria, he para temer que fique huma como failha de dissensão abafada, que algum dia venha a atear outra vez o fogo da guerra, e sejam puramente precarias as vantagens, que alcançarão pela paz de Teschen as Casas Palatina, e de Saxonia. Como os Ministros da Corte Imperial se inclinão a favor da clausula, tem trabalhado muito os de Baviera, Saxonia, e Brandenburg para atalhar semelhante decisão: e para este sim se tem espalhado huma Memoria manuscrita, em que se pretende provar, que esta clausula he contraria não sómente ao espirito, mas também ao sentido literal do Tratado de Teschen, onde se diz no Artigo XIV.: » S. M. o Imperador, e o Imperio » são requeridos por todas as partes interessadas, e contratantes a accederem ao pre- » sente Tratado, ás Actas, e Convenções, que são parte delle, e datem o seu pleno » consentimento a todas as cláusulas que nello se contém. » As negociações não se tem limitado sómente á Dieta, mas dizem que as Cortes medianciras tem feito empenhos com a Corte de Vienna, que se não julgão frustrados, como mostra o que se passou na Sessão de 18, que he em substancia o seguinte.

Tendo o Ministro Directorial de Moguncia comunicado aos Estados juntos o Decreto de Comissão Imperial, a respeito da Accesão do Imperio ao Tratado de Teschen, se ventilou este ponto, deixando para a seguinte Sessão o tratar dos Feudos vagos do Imperio. O Tratado não teve contradição: porém não se ajustarão na circunstância, se se devia juntar à Ratificação a clausula: para reservar a cada hum o seu direito, e para não prejudicar ás antigas Leis feudais. No Collegio Eleitoral forão empatados os votos, querendo Moguncia, Treves, Colonia, e Brunswick a condição; e rejeitando a Bohemia, Palatino, Saxonia, e Brandenburg. Também forão empatados os votos no Collegio dos Príncipes, havendo 42 pela clausula. Também votou por ella o Ministro de Holstein Glücksad, em quanto esperava as ordens da sua Corte. Os que votarão por parte da Saxonia protestarão, que se lhe conservasse o seu jus sobre a Successão de Julieres, e Berg, e que o Palatino Lautern não deixou de responder. Do Collegio das Cidades poucos votos forão a favor da Cláusula, por mais diligencia que fizera o Ministro de Moguncia, e outros, para que prevalecesse a sua opinião.

He de notar, que entre os que votarão a favor da Cláusula, entrão quasi todos os Eleitores, e Príncipes Ecclesiásticos, os quaes he sabido que seguem os interesses da Corte de Vienna, e muitos outros Príncipes seculares, que estão no seu serviço. He verdade que

que os votos de *Bohemia*, *Austria*, *de la Tour*, e *Taxis* forão pela ratificação pura, e simples, o que dizem fizerão por instruções, que lhes chegarão pouco antes da deliberação da Dieta. Não he sólamente a Ratificação de *Teschen* que tem feito huma especie de Divisão nesta Dieta, pois ha mezes se suscitou outra entre os corpos *Catholicos*, e *Protestantes*, por occasião de se nomear Ministro para conduzir os votos dos Condados de *Wesphalia*; e como o Collegio dos Condes se compõe de *Protestantes*, e *Catholicos*, o Conde de *Wied*, Chefe dos primeiros, encarregou de votar a Mr. *Fischer*, perten- dendo que aos da sua Religião competia a nomeação, por serem mais em número; e o Conde de *Mettternich* pertende pelos *Catholicos*, que este direito seja alternativo, e nomeou Mr. *Haimb*. Esta questão, bem que indiferente para o resto da Europa, tem sido assunto de muitos escritos, e causa grande divisão no Corpo representativo do Imperio: o que sucede também a respeito do voto dos Condes de *Franconia*, de que Mr. *Fischer* está igualmente encarregado. Como se não tem podido ajustar este ponto, temia-se que isto servisse de embaraço ás deliberações sobre a Paz de *Teschen*. A con- testação porém felizmente parou em protestos, que fizerão os Inviados de *Salzburg*, e *Austria*, visto ter declarado o Ministro de *Magdebourg*, em nome dos *Protestantes*, que não deixaria diligencia para sustentar Mr. *Fischer* no seu lugar.

Na Sessão de 21 se continuaram as deliberações sobre a Paz de *Teschen*, particular- mente pelo que respeita á collação dos feudos vagos do Imperio no Eleitor *Palatino*; mas como os procedimentos do Corpo *Germânico* sempre forão campo fértil de inci- dentes, sobre direitos contestados, e revendicados, ainda ha outra diferença entre os Collegios das Cidades, dos Eleitores, e dos Príncipes, sustentando os dous ultimos, que as Cidades não tem jus para votarem sobre ella materia; e se entende que fica- rá indecisa a questão, salvo o direito das partes, por ter insinuado o Ministro Direc- torial de *Moguncia* ás Cidades, que as circunstancias pedião que se não dilatasse a Ra- tificação do Tratado de *Teschen* até se terminar esta contestação. Quanto ao Decreto da Comissão Imperial para se conferirem os feudos vagos á Casa Palatina, concor- rerão unanimes os votos dos dous Collegios. Nesta Sessão Mr. de *Haimb* deu o voto do Condado de *Wesphalia*, com a clausula *sem prejuizo de terceiro*, e de balde forcejou Mr. *Fischer*, por se conservar na posse, que tomou na Sessão precedente. Segunda se- ra se tornarão a ajuntar os Collegios.

HAMBURGO 25 de Fevereiro.

Temos noticias que a *Suecia* está na positiva resolução de conservar o sytema de neutralidade, que adoptou nas presentes discordias, e que a Corte tem assentado em proteger o seu commercio, e navegação com todas as suas forças. Accrescentão mais, que as outras Potencias do Norte estão na mesma tenção, e que tem resolvido o não soffrer por mais tempo, que a tranquillidade da *Europa* esteja exposta aos inconve- nientes, que resultão do arbitrario comportamento de *Inglaterra*.

AMSTERDAM 9 de Março.

As náos de guerra da República, de que he Commandante o Conde de *Byland*, entrárão em *Texel* no primeiro de Março a darem conta do que passáram com o en- contro do Comodoro *Fielding*: também veio com elles o navio *Nassau*, Capitão *Riet- veld*, por cauta de ter doente a sua equipagem. Este navio, que não he da Esquadra do Almirante *Byland*, se achava na costa de *Inglaterra* no principio de Fevereiro, quando lhe começou a adoecer a sua gente; e achando se com 128 doentes, se viu obrigado a arribar á Ilha de *Wight*, onde não lhe deixando desembarcar os doentes, escreveo ao Conde de *Welderden*, Embaixador dos *Estdados-Germaes*, para que lhe alcan- çasse a licença para ao menos pôr os doentes em hum navio vazio, que lhe dessem, a fim de que não lavrassem mais as doenças no seu navio: mas nem aquelle Minis- tro pode conseguir isto do Ministerio Ingles, por dizerem os Medicos que as doenças erão febres catarras inflammatórias, quaes forão as que se padecerão no Verão passado a bordo da Armada *Franceza*, que se poderião comunicar aos navios *Britânicos*, que

ação em *Spirited*; o que parece de tanto peso ao Visconde de *Stormont*, que não sómente negou ao Embaixador a licença para desembarcarem temer, mas até lhe não concedeu o navio *Hospital*, nem ainda com a condição de o meterem na fundo, quando acabasse de servir; pelo que esperou o Capitão *Rietveld* licença, e com a qual tornou a recolher-se no *Texel*.

A Marinha da República, segundo o projecto do seu augumento, será de 52 navios, além dos que já estão empregados: o armamento se repartirá pelo modo seguinte. Para a repartição de *Meuse* 1 não de 70, huma de 60, 13 de 56, 3 de 36, 2 de 20, e hum navio de guarda-costa. Para a repartição d'*Amsterdam* hum navio de 170, 13 de 60, 7 de 50, 2 de 40, 6 de 36, 13 de 20, e quatro navios de guarda-costa. Para o de *Zelandia* 2 de 60, 1 de 36, e 2 de 20. Para a da *Holland* 10 Norte a de 36, 2 de 20. Para a de *Fries* 2 de 50, huma de 36, e hum de 20; avalia-se o número das equipagens para a deste armamento em 13.870 homens.

LONDRES 18 de Março.

Na Gazeta da Corte de 12 deste mês se publicou o Extracto de huma carta do Almirante *Parker*, Comandante das naos de S. M. Britanicas na *Jubaiqa*, a Mr. *Stephens*, com data do Porto Real em Janeiro de 1780., que contém o seguinte:

A 25 de Novembro hum grande Corpo de *Hespanhóes* investiu S. Fernando d'Orho. A guarnição da Praça, e equipagem do navio *Porco-Espinho* estavão reduzidas a tão pequeno número, por causa de huma molestia contagiosa, que foram obrigados a evacuar o forte a 28 do mesmo mês, encravando primeiro a artilharia e emboscando todas as munições.

O Capitão *Luttrell* tomou posse em nome de S. M. das Ilhas de *Riktan*.

Na mesma Gazeta se publicarão as representações, que as Camaras dos Lords, e Communs de *Irlanda* entregárão ao Lord-Lugar-Tenente, para serem apresentadas a S. M. Nós as poremos no segundo *Supplemento*.

Na Sessão do Parlamento de 6 do corrente, o Lord *North* propondo o Plano dos subsídios, disse: Que elle se tinha lisonjeado de attachar grande socorro na contribuição da Companhia da India; mas que as propostas, que esta fizera alforro qd's, quando nenhuma modo as podera admittir, e que se elas fossem propostas á Câmara, estava certo que não terião nella approvação: Que privado assim deste socorro, Inecessitava de recorrer a outros expedientes; mas que a contribuição da Companhia, ainda que agora se demorasse, era necessário fazer conta compellas para o anno proximo, ajustando no em tanto os meios da convenção.

A dívida da Marinha (disse elle) tinha crescido a ponto tal, que só desconto dos seus bilhetes cras já excessiva p. e por esta razão propunha, que se pagasse um milhão e meio desta dívida, somma, que devia tirar-se das rendas deste anno! Que as faltas no produçao das taxas do anno precedente passavão de 300 £ libr.: Que as offertas, que lhe tinhão feito de díheiro, chegavão a 20, ou ao menos 19 milhóes: Que elle tinha pertendido que o empréstimo se fizesse a 5 por $\frac{1}{2}$ com huma somma de 5 chel. : Que telles tinhão o díheiro, elle o necessitava, e esa forçoso que o recebesse : e pôrhiõ se submetteo ás condições, que elles lhe punhão: e que assim propunha tornar-se emprestada a quantia de 12 milhóes para completar a somma de 2056 59 £ libr./em que importaria as despesas do anno corrente: Que os interesses do dito empréstimo serião 4 por $\frac{1}{2}$: huma renda vitalicia de 1 libr. 16 chel. 3 sold. por 79 annos, para cada Assinante de 100 libr.; e quatro bilhetes de loteria por cada 1 £ 000 libr.- O resto do que passou nesta Sessão se dará na folha seguinte.

Chegáron ordens a *Portsmouth*, para se pôrem promptos quatro navios de guerra, e sahirem com o primeiro tempo favoravel, para combalarem para o Reino os navios, que vem da *Jamaica*. No dia 16 de Março chegou a *Hornwich* hum navio vindo de *Scilly*, cujo Mestre conta, que terça seira passada vira de *Scilly* huma grande frota

de navios, que suípubhaisseria da *Jamaica*, a qual buscava a Costa da Inglaterra; mas como tinha pouco vento, e este lhe era contrario, ella caminhava pouco: que elle viu que as naos, que al comboiavão, mandavão em roda della à ver se estava junto todo o numero dos navios, e supunha que elles ancorarião perto de *Stilly* aquella noite.

As quatro fragatas destinadas para comboiar a frota, que vai para *Gibraltar*, hão de ficar naquelle porto: e a não da *Coroa* o *Edegar*, que alli se acha com outras fragatas, voltará a unir-se com a grande Armada.

F. R. A N C. A. Nantes 26 de Fevereiro.

Chegou aqui hum navio, que partiu da *Martinica* em 8 de Janeiro, e nos diz, que ao tempo, em que partiu, não havia coula de importância nas Ilhas de barlavent, excepto o ter ali chegado a frota de *Marselha*, comboiada por Mr. de *Floße*. Mr. de *La Mette Piquet* tinha sahido de *Forte Real* a 3 de Janeiro com 6 naos de linha, e 2 fragatas, e ignorava-se para onde se dirigia a sua expedição; e só se presumia que hja a *Santo Eustáquio* buscar o comboio de viveres; no em tanto prova a sua sahida, que não teme as entreprezas dos Inimigos, bem que superiores em número, mas que não poderão fazer rostro ás da nossa Esquadra, quando se lhe unirem forças maiores. Brest, 30 de Fevereiro.

O navio *Conquistador*, hum dos da Esquadra do Conde de *Güichen*, que foi obrigado a arribar aqui, se concertou com brevidade, e se tornou a fazer à vela. A Esquadra, que se prepara, de que ha de ser Commandante Mr. de *Ternay*, estará pronta pelo meio d'amez proximo, se os navios, que ella ha de comboiar, a não demoram. Esperamos aqui 4 Regimentos, que hão de ser parte deste armamento; a Esquadra de Mr. de *Ternay* se cumporá no menos de 6 naos de linha, e 4 fragatas; cujo destino se ignora ainda. Burdeos

Entrou com bom sucesso na *Rocheta* outro comboio, que vinha de *S. Domingos*, de 60 navios, comboiados por huma não de 80, e 2 fragatas, com carga de açucar, e café, sem encontrarem no caminho Inimigo algum.

Paris, 12 de Março.

Tendopas despezas da guerra obrigado a S. M. a prorrogar a segunda viniença, os direitos reservados, e o soldo por libra sobre diferentes direitos, a 25 de Fevereiro se registrou o Edito no Parlamento, o qual daremos no segundo Suplemento.

No dia primeiro de Março se despedio de S. M. o Conde *Duchaffault*, Tenente General da Armaada Real, que lhe foi apresentado pelo Ministro da Marinha.

O Conde de *Rochambeau* foi nomeado para mandar hum corpo de Tropas, que com elle ha de embarcar, com mais 6 Coronéis, escoltado por 5 naos de linha, de que lhe Commandante o Conde *Duchaffault*, ao qual se hão de incorporar mais 20 homens de Infantaria, cuja expedição está ainda em segredo.

LISBOA 8 de Abril.

Por seu Real Decreto foi S. M. servida nomear para Intendente Geral da Policia ao Desembargador *Diogo Ignacio de Lima Manique*. Para Bispo de *Leiria* o actual Bispo *d'Elias*, o Excellentissimo e Reverendissimo D. *Rodrigo d'Alencastrer*; e para o Bispo *d'Elias*, o Bispo eleito de *Farol*, o Excellentissimo e Reverendissimo D. *João Teixeira de Carvalho*.

No dia 4 de deste mês se abriu no Collegio dos Nobres as Aulas da Academia Real da Marinha, que S. M. foi servida instituir nessa Cidade, em que se principiará o Curso de Mathematica, e Nautica.

Sahio à luz o *Compendio das Correções*, que se devem fazer ás observações dos Astros, para se estabelecerem as suas verdadeiras alturas, para os usos praticos da navegação. Vendê-se em casa de José *Militão da Matta*, na rua larga de S. Roque: na loja da Viuva *Bertrand e Filhos*, junto á Igreja de N. Senhora dos Martyres.

SEGUNDO SUPPLEMENTO
A'
GAZETA DE LISBOA
NUMERO XIV.
Com Privilegio de Sua Magestade.
Sabbado 8 de Abril 1780.

Continuação do Protesto dos 35 Lords do Parlamento Britanico, contra a resolução que se tomou na sua Camara.

Nós nos julgamos autorizados a respeito do modo, com que se propôz o estabelecimento da Junta, tanto pelo exemplo, como pela razão: provou-se á Camara, que tal estabelecimento foi recommendedo pelos Authores mais estimados, que tem escrito sobre a nossa Constituição, depois da Revolução; mas tendo-nos oferecido para outra qualquer Proposição, que spontasse hum remedio real, e não tendo sido apresentado á Camara semelhante remedio, não obstante todo o tempo que tem decorrido, depois que a presente Proposta foi communicada á Camara, não podemos deixar de considerar a negativa, que lhe foi dada, como coula que diz respeito, tanto á parte essencial, como á parte formal da Proposta, e de nos julgarmos obrigados a usar do nosso direito de dar a nossa Protestação contra a exclusiva da sobredita Proposta.

4. Temo-nos ulteriormente determinado a inflar por esta Proposta, porque o seu objecto foi favorecido, e requerido por huma porção consideravel do Povo, que actualmente se associa para este efecto, e que parece estar determinado a levalla avante por todos os meios legaes, e constitucionaes, que elle puder descubrir para o seu exito. E ainda que alguns possão affectar que se achão inquietos, como se tales Associações se dirigessem a inquietar a tranquillidade pública, ou arrogar a si o poder delegado á outra Camara, nós estamos persuadidos que elles não tem outro fim mais, do que recolher os votos do povo, e informar a todo o Corpo representativo, de quaes são os sentimentos do Corpo total dos seus Constituintes, e a este respeito os procedimentos destas Associações tem sido regulares, tranquillas, e constitucionaes. E se se perguntar, o que intentão fazer ulteriormente, no caso que as suas Petições sejam rejeitadas, a melhor resposta he, que este caso se não pôde suppor: porque ainda que sobre poucas Petições avulsas se possa dizer com razão, que a outra Camara não se deve resolver pela opinião de huma parte sómente de seus Constituintes, não se pôde todavia presumir, que ella obrasse em contradicção da opinião reunida de todo o Povo, ou ao menos com desprezo de huma consideravel, e notoria pluralidade. Esta reconhecido, que a outra Camara tem poder de votar como lhe parecer conveniente; mas não se pôde julgar que huma Assemblea tão sabia seja já mais tão temeraria, que rejeite semelhantes Petições, e seja causa por este meio de que se agite, e ventille esta questão perigosa: se tem violado a confiança de seus Constituintes? Sem dúvida que se atenderá a voz do Povo. Os Ministros podem, como parecem ter feito em hum caso recente, privar hum homem do que possue, dependente da vontade delles, porque oufa exercer o jus que tem indubitavelmente, de pensar de si mesmo sobre o objecto de que se trata, ou sobre outros negocios públicos. Mas seria pouca prudencia da sua parte delles o tratar estas Associações com desprezo, ou dar-lhes o odioso nome de Faccão: nome de que a calúnia se tem tantas vezes, e tão injustamente servido nas duas Camaras do Parlamento, para denigrir a Menoridade, pois que este nome aplicado deste modo, recahiria sobre elles mesmos, quando obrão contra a opinião geral da

da Nação: não lhes será possível representar huma parte do Povo tão numerosa, e tão respeitável, tanto em razão da qualidade, como das posses na figura de hum montão de incendiarios miseráveis, e sediciosos; (do mesmo modo com que assás conseguiram pintar os Americanos descontentes) porque o Povo, na face de quem se explicarem assim, hão mesmo Povo a quem elles maltratão, e cada hum daquelles homens tem consigo, e em si mesmo o testemunho da falsidade desta Accusação. Os Ministros nesta occasião particular não poderão enganar a Nação. (Assinados) Fortescue, Harcourt, De Ferrars, Breulieu, Camden, Coventry, Richmond, Manchester, Derby, Effingham, Graffton, Portland, Ferrers, Cholmondeley, King, Abergavenny I. (Bispo de) Peterborough, Abingdon, Pembroke, e Montgomery, Fitzwilliam, Rutland, Nugent Temple, Bolton, Courtenay, Stamford, Tankerville I. [Bispo de] St. Asaph, Wyeombe, Craven, Rockingham, Scarborough, Jersey, Devonshire. De diferente opinião sem motivos Radnor. Por todos os motivos assina, excepto o quarto Osborne.

Carta circular, escrita pelo Congresso Americano aos Habitantes dos Estados Unidos da America em 13 de Setembro de 1779, a qual, por dar idéa circumstanciada do estado presente desta nova Republica, se tem publicado nas Gazetas de quasi todos os Paizes.

Amigos, e Concidadãos. Nos Governos fundados sobre princípios generosos de liberdade, que seja igual para todos, e onde as cabeças do Estado são servos do povo, e não senhores daquelles, de quem lhes emana a authoridade, são elles obrigados a dar conta aos seus Concidadãos do estado em que se achão os seus negócios, e provando-lhes o bem ajustado das medidas, que se tem tomado na Administração pública, movellos, para as fazer fructuosas, a unirem a influencia da inclinação à força da obrigação legal. Esta obrigação existe, ainda em tempos de paz, de ordem, e da mais perfeita tranquillidade, quando a segurança da Republica não corre risco, nem pela força da sedução de fôra, nem pelas facções, traição, e cega ambição intestina. Logo nestes tempos esta obrigação nos incumbe por modo muito mais particular, nem nos podemos dispensar por mais tempo de excitar a vossa attenção sobre hum objecto, que se vos tem desfigurado, e ácerca do qual se tem sustentado, e espalhado proposições tão perigosas; como erroneas: queremos dizer sobre o Estado das nossas rendas.

O despotismo ativo, e a desordenada paixão de dominar, que inculcavão barbaros designios no Rei de Inglaterra, e no seu Parlamento comprado pela corrupção, de reduzir a escravidão o Povo da America, nos forçáram ou a sustentar o nosso jus com as armas, ou a submetter-nos vergonhosamente ao jugo. Vós antepuzestes generosamente a guerra; pelo que foi necessário allistar Exercitos, pagar-lhes, e sustentá-los: para estes fins era preciso cabedal, e vós tinheis pouco: não havia Nação no Mundo, a quem o houvesseis de pedir empréstado: o pouco que estava espalhado pelas vossas mãos, não se podia juntar senão por meio de impostos: e para isso cumpria que houvessem Governos regulares, que vós não tinheis. Nestas circunstâncias não vos restava outro recurso mais do que na bondade da terra, e na riqueza do vosso fertil Paiz. Inventáram-se os bilhetes sobre o crédito desse Banco; e vós empenhastes a vossa palavra para a sua satisfação. Depois que circulou hum número considerável destes papéis, se solicitarão empréstimos, e se nomearão Officiaes para os receberem. Por este modo se creou huma inevitável dívida nacional, que importa

Em papéis, que se metterão no Commercio, e que circulação 159,948,880 dollars.

Em dinheiro emprestado antes do primeiro de Março de 1778, cujos juros se devem pagar em França - - - - - 7,545,196.

Em dinheiro emprestado depois do primeiro de Março de 1778, cujos juros se pagão aqui - - - - - - - - - 26,188,909.

Em dinheiro, que se deve aos Estrangeiros, cuja importância ainda não está liquidada, por não terem ainda tornado a entrar as notas das adições, mas que se julga importar em 4,000,000.

Para ainda satisfazer mais completamente sobre este ponto á vossa justa curiosidade,

de, mandaremos ordenar huma conta particular das diferentes emissões de bilhetes, que se tem feito, e dos termos assinados para elles se resgatarem, conta, que vos dará a conhecer com precisão os empréstimos, que se nos tem feito, scus juros, e tempo; em que se vencem os pagamentos.

Até agora dos impostos não tem entrado no Thesouro público mais do que 3,027,560 dollars; de sorte, que todo o dinheiro, com que o Povo Americano tem suprido ao Congresso, não passa de 37,761,665 dollars, que he a somma total dos empréstimos, e taxas. Por aqui se pôde fazer conceito da necessidade de se espalharem papéis, e donde nascia esta necessidade.

Pelo que vos informamos, que no primeiro do presente mez de Setembro resolvemos • não sacar para o futuro mais bilhetes de credito, senão quantos sejam necessários para completar a somma de 200 milhões de dollars; e como os que andão circulando importão 159,948,880, ainda nos restão 40,051,120 para completar esta somma de 200 milhões. Temos resolvido mais em 3 do presente mez de Setembro de não espalhar da somma dos 40,051,120 dollars mais do que aquella porção, que for absolutamente necessaria para as necessidades públicas, em quanto não podemos buscar por outros meios recursos equivalentes, mediando os esforços de todos os Estados.

Além dos grandes, e inevitaveis gastos da guerra, tem a falta da circulação do dinheiro avultado tanto o preço de todas as coisas necessarias, e consequentemente occasionado tão sensiveis addições no importe das despezas ordinarias, que obriga a buscar incessantemente recursos nos empréstimos, e nos impostos: e unanimemente declararamos, que he essencial ao bem do Estado, que os impostos, que já se tem estabelecido, entrem no Thesouro *Continencial* no tempo para isso aprazado. Pelo que he conveniente que lanceis conta ao futuro, e prepareis a tempo, assim a quantidade de Tropas, que deveis fornecer, antes que se abra a proxima campanha, como os fundos necessarios para as sustentar todo o tempo que ella durar. Nós nos encarregamos do cuidado de vos informar de tempos a tempos do estado do Thesouro, e de vos indicar as providencias, que se devem tomar, para o não esgotar totalmente do dinheiro. Conservar as vossas Tropas completas, alentar os empréstimos, fazer com prudencia a repartição dos impostos, cobrallos com consciencia, pagallos com pontualidade, he quanto vos compete fazer da vossa parte: por ora delibera-se sobre os meios de suprir para o futuro ás publicas necessidades, e não se tardará em vo-lo comunicar.

Depois de vos ter exposto os simples, e succinto estado das vossas dívidas, e ter-vos mostrado a necessidade de acudir com pontualidade com os socorros, que se vos tem pedido, vamos fazer algumas reflexões sobre a diminuição do valor do dinheiro, as quaes pedimos que deis toda a vossa atenção.

A falta de valor dos bilhetes de credito ou he *natural*, ou *artificial*, ou de ambos os modos juntamente; é nós estamos neste ultimo caso.

Tanto que a somma que circulava, excede o que era necessaria como meio de Commercio, começou a falta de credito, que vai crescendo á proporção que aumenta o excesso; e este aumento proporcional se sustentará até que a somma dos bilhetes venha quasi a igualar o valor do capital, ou dos fundos, que abonarão a sua criação. Suposto pois que sejam necessarios 30,000,000, como meio de circulação, e que se creassem 160,000,000, a quebra do valor natural não passa de hum pouco mais de *um* a *hum*; mas o abatimento de valor actual excede esta proporção, pelo que este excesso he *artificial*. O que não he mais do que *natural*, pôde-se fazer cessar, diminuindo a quantidade dos bilhetes, que circulão; e tornarão a cobrar o seu valor primitivo, quando se reduzirem á somma necessaria, como meio de Commercio, o que se pôde effeituar por meio dos empréstimos, e impostos.

A quebra de valor *artificial* he objecto mais serio, e merece mais particular attenção em se indagarem as suas causas. Estas são o duvidar-se dos meios, ou da vontade de tornar a resgatar os bilhetes; dúvida, que he verdade se tem excitado, e con-

conservado entre o povo. Examinemos se a boa razão pode justificar as dúvidas sobre o terem *estes meios* os Estados Unidos.

De duas cousas depende o terem *estes meios* os Estados Unidos; a primeira do bom sucesso da actual Revolução; a segunda da sufficiencia das riquezas naturaes, e da bondade dos recursos do Paiz.

Nós confessamos que houve tempo, em que os homens de probidade, ainda sem se lhes poder pôr o desfaz de pusillanimes, duvidavão do bom exito da actual Revolução; mas este tempo já passou: a *Independencia da America* hoje he tão firme como o destino; e os petulantes esforços da Inglaterra para a destruir são tão baldados, e tão infructiferos, como o furor das ondas, que batem contra huma escarpada rocha. Ponderem aquelles, a quem ainda agora atormentão dúvidas sobre este ponto, o carácter, e a situação de nossos Inimigos: recordem-se que nós combatemos contra hum Estado, que se vai desfazendo aos pedaços, contra huma Nação, onde não ha espirito público, contra hum Povo vendido, e trahido pelos seus próprios representantes; contra hum *** governado pelas suas paixões, e por hum Ministro sem talento, em quem o público não tem confiança alguma; contra Exercitos, a que se não paga mais, do que meio soldo, e Generaes, em quem se não põem senão meia confiança; contra hum Governo, que não parece mais, do que hum Plano de rapinas, de incendios, de mortes; hum Governo, que pela mais impiá violação dos direitos da Religião, da Justiça, da Humanidade, e das Gentes, defia a vingança do Céo, e renuncia revoltoso a protecção da Providencia. Vós tendes feito contra o furor destes Inimigos huma resistencia cheia de sucesso, ainda quando vos achaveis sem amigos, sós, deixados a vós mesmos, nos tempos de debilidade, e em certo modo de infancia, antes que os vossos braços se habilitassem para a guerra, e os vossos dedos para o combate. E ha fundamento para temer, que o supremo Arbitro dos humanos sucessos, depois de nos ter tirado da terra de escravidão, e ter-nos guiado, cruzando hum mar de sangue, para a terra de liberdade, para a terra de promissão, deixe imperfeita a obra do nosso resgate politico; e permitta que ou acabemos em hum deserto de dificuldades, ou que tornemos a ser levados carregados de grilhões para o lugar de oppressão, de cuja tyrannia nos remio misericordiosamente a Omnipotente mão! Que susto nos deve causar a Inglaterra, tendo nós estreita Aliança com huma das mais poderosas Nações da Europa, que generosamente fez sua a nossa causa: tendo contrabido amizade com outras muitas: e por fim, ganhado a benevolencia de todas! A Inglaterra em vez de adquirir novas possessões por meio de Conquistas, ve que todos os dias se lhe estreitão os limites do seu Imperio: já as suas frotas não dominão os mares, não são invenciveis por terra os seus Exercitos: quantas bandeiras suas, arrancadas das mãos dos seus combatentes, servem de apparato aos vossos troféus, e de ornato aos triunfos das vossas Tropas! E quão consideravel he o numero daquelles, que arrastrando os vossos grilhões, são cativos vossos, e devêrão a vida á vossa generosidade! Por sim, todo o que ponderar que estes Estados cada dia cresçem em potencia; que já as suas Tropas são veteranas; que os seus Governos, fundados sobre a liberdade, se achão estabelecidos; que a fertilidade do seu Paiz, o affecto de leus Aliados lhes dão amplos recursos; que o Rei de Hespanha bem munido para a guerra, com Armadas, e Exercitos dispostos a combater, com thesouros que trasportão em riquezas, entrou na lida contra a Grande-Bretunha; que as mais Nações da Europa muitas vezes insultadas pela altivez dos Ingleses, e assustadas dos passos da sua ambição, tem abandonado este povo á sua sorte; que a Irlanda cansada da oppressão, suspira pela liberdade: que até a Escocia se estimula, e queixa dos seus Edictos, todo o que fizer reflexão nestas cousas todas, em vez de duvidar do bom exito da guerra, se alegrará com a gloria, segura, e indubitavel esperança do sucesso. *A continuação na folha seguinte.*

Num. 15.

GAZETA

Com Privilegio



DE LISBOA

de Sua Magestade.

Terça feira 11 de Abril 1780.

CONSTANTINOPLA 3 de Fevereiro.

O Grão Vizir vai continuando o seu Governo com constancia, dando a execução as Providencias que tem ordenado para a Policia, e passa muitas vezes disfarçado para ver se se cumpre com a taxa dos viveres.

Dizem que o Governador de Alepo, Baxá Abdi, ha de accommeter por terra os Beys do Cairo, contra os quaes ha de ir por mar tambem o Cap. Baxá, a fim de os reduzir á obediencia.

As ultimas cartas de Smyrna dizem, ter alli chegado hum comboio de 9 navios Franceses, carregados de pannos, anil, café, açucar, e outras fazendas, e que se esperão mais dous navios da mesma Nação.

Tambem escrevem de Bosnia, que o Commercio tinha alli recobrado o seu vigor, depois que o Cap. Baxá subjugou os Albaneses, e pôz o Paiz em socorro.

MILÃO 29 de Fevereiro.

Tanto que chegou aqui o aviso da morte do Duque de Modena, e de Mirandola, o Conde Antonio Grepi passou a Varese; e em virtude da Procuração que tem do Príncipe Hereditario Hercules Renaud d'Este, tomou posse de todos os Estados, e bens do Duque defunto, e juntou todos os papéis, e escritos para os remetter sellados ao novo Soberano. Ainda não temos notícia do conteúdo no testamento, e só se sabe, que em virtude de hum ajuste feito com a Corte de Vienna, passa à Câmara de Milão e Principado de Varese, cuja residencia o Duque defunto tinha summamente aformozado: aqui esperamos todos os dias pela Princeza Melzi.

LONDRES.

Continuação das notícias de 18 de Março.

A parte que o Príncipe Guilherme Hen-

rique, terceiro filho de SS. MM. teve na acção naval, aumentou com especialidade a sua alegria por este sucesso.

O Cap. Thompson entregou á Rainha huma carta deste Príncipe, que todo o tempo da acção esteve sobre o tombadilho do navio o Príncipe Jorge, ao lado do Almirante Digby; e tendo o Almirante Rodney respondido a D. João de Langara, quando lhe quiz entregar a espada: « Que a honra de lha aceitar era devida ao filho do seu Soberano, que actualmente se achava embarcado na Armada » passou S. A. R. a bordo do Fenris, para a receber da mão do Almirante Hespanhol.

No dia 11 de Março apareceu o mesmo Príncipe na Corte com o seu uniforme naval, e foi cumprimentado pela Nobreza em razão da sua chegada à Inglaterra. Quando veio ao Palacio da Rainha, trouxe consigo duas grandes bolsas: e tendo-lhe o Rei perguntado o que continham, respondeu, que as bandeiras, que tinham sido tomadas aos Franceses, e Hespanhos nos varios encontros, depois que elle tinha sahido de Inglaterra.

S. A. R. será pelo Almirantado promovido no lugar de Tenente, antes de tornar outra vez a sahir ao mar.

Tambem ha de ser brevemente nomeado Duque de York, e actualmente se lavora a Patente para este fim.

Os elogios reciprocos entre o Almirante Hespanhol D. João de Langara, e o Capitão Macbride, Commandante do navio Inglez o Beneficio, são cheios da mais generosa humanidade: este ultimo Official escrevendo a hum seu amigo em Inglaterra, encarece com admiração, tanto a bella defensa do Commandante, e dos Oficiais do Fenris, como a delicadeza da seu pro-

ceder depois de rendidos: » O comportamento (diz elle) destes Oficiais me confirmou no grande conceito, que eu tinha já da honra *Hespanhol*: porque tanto que tivemos tudo ajustado, elles próprios me ajudarão a pôr o navio em estado de poder ser conduzido para a Bahia de *Gibraltar*, e ajudarão as nossas manobras para facilitar a navegação. » Ao mesmo tempo que he constante, e certo, por avisos vindos de *Gibraltar*, que tanto que o tempo deo jazeda para se deitar escaler fóra, Mr. Macbride foi visitar, e cumprimentar o Commandante *Langara*, a quem disse: » Que defesa tão gloriofa, e com forças tão desproporcionadas, era mais para invejar, do que o mesmo ataque » acrescentando: » Que quando ti- vesse mais socego, lhe comunicaria algumas particularidades, que lhe davão muita honra, de que elle fora testemunha, e o Commandante *Hespanhol* não teria occasião de obsevar: » e depois disso teve a generosidade, não usada geralmente, de deixar conservada no navio *Fenis* a sua bandeira, e o distintivo de Commandante.

A 19 entrou o *Fenis* na Bahia com dous navios da sua conserva, a *Defensa*, e o *Beneficio*; e o Almirante *Duff*, Commandante da Marinha de *Gibraltar*, o Governador da Praça, o Almirante *Dighy*, segundo Commandante da Esquadra, não sómente tratáron o Almirante *D. João de Langara* com todo o bom acolhimento, mas até lhe fizerão todas as honras militares: o que obrigou o General *Hespanhol* a louvar a humanidade, com que o tratáron seus mesmos vencedores.

O partido dos Proprietarios tem prevalecido sobre o da Direcção da Companhia das *Indias Orientaes*, tendo a pluralidade dos primeiros adoptado o plano do General *Smith* muito diferente do da Direcção, e foi indicado o dia 28 de Fevereiro para se acabarem de recolher os votos sobre a questão, que he: Se este projeto, que contém 8 Artigos, formaria a base de huma convenção com o Público para a prolongação da carta de Privilegios da Companhia. Quando se cerrou o escrutinio, se achárão 466 votos pela affir-

mativa; e 192 pela negativa, de sorte que o partido Anti-Ministerial teve a pluralidade de 274 votos. Pelo que por parte dos interessados forão nomeados Comissarios o General *Smith*, e Mr. Creighton para acompanharem o Presidente, e Vice-Presidente da Direcção nas suas Conferencias com o primeiro Ministro, as quaes começárono dia 2 de Março. Ainda que o ter espirado o tempo do seu Privilegio seja huma boa aberta para o Governo poder valer-se de recursos extraordinarios nos presentes apertos; com tudo tem-se conhecido que a negociação he muito espinhosa, maiormente porqu: se o comércio exclusivo da Companhia depende do arbitrio do poder Legislativo, por outra parte seria muito incommodo a este o pagar na conjuntura actual as dívidas, que tem contrahido com os interessados. Na Conferencia que *Mylord North* teve no dia 4, como Presidente, e Vice-Presidente da Direcção, acompanhados dos dous Deputados dos interessados, lhes declarou que o Plano que os interessados antepuserão ao da Direcção, não teria a approvação dos Ministros Regios; e que se lhe não fazião alguma mudança, se proporia no Parlamento o exame deste projecto, e do estado da Companhia, como tambem do seu Comércio. Esta resposta do primeiro Ministro se communicou aos interessados em huma Junta Geral; que se indicou para o dia 9: *em outro lugar fallaremos do que se passou nesta Junta*.

Depois que *Mylord North* na Camara dos Communs propoz o Plano dos subsídios, [de que já démos conta] acrescentou que para pagar o juro dos 20,650,000 libr., e prover hum fundo para o pagamento das rendas annuaes; elle sera obrigado a impôr taxas, que produzão 697,000 libr.; mas não podia fallar então plenamente das taxas, por não vir suficientemente preparado para este ponto: e differecia pata outro dia expôr o seu Plano dos tributos ao exame da Junta: o que praticou na Sessão de 15, de que daremos conta em outro lugar.

Concluiu em fim com a preposta de que a Camara approvasse o Plano, que elle lhe tinha apresentado; e sendo a preposta

Jida pelo Presidente, Mr. Fox entrou em huma longa discussão do Plano, e de muitas cousas, em que fallou Lord North, reparando entre outras em elle se ter ganhado de lhe oferecerem 19 milhões, o ter depois declarado á Junta, que sendo elle quem devia tomar emprestado, e os que possuão o dinheiro quem havia emprestar; se virá obrigado a ajustar-se nos melhores termos que pode, e de receber o dinheiro com as condições já referidas, por mais que desejasse fazellas mais favoraveis.

Isto disse Mr. Fox, que era hum argumento irreconciliavel: porque elle julgaria que huma pessoa, que tinha achado dificuldade, não em obter o emprestimo suficiente, mas em recusar alguns dos que offerção de sobrejo, sendo maior o numero dos que desejavão emprestar, do que era a necessidade do emprestimo, parecia achar-se em estado de prescrever as condições; pois no caso representado erão a parte que ficava em obrigação, e não o Público: e que não obstante o dito Lord obrára como quem pede emprestado, pois ainda que pertendia mostrar que só déra aos Assignantes de 100 libr. a ventagem de 4, Mr. Fox provou que lhes tinha dado a enorme ventagem de 18 por $\frac{1}{2}$, asserção, que demonstrou com varios cálculos sobre o presente valor do dinheiro.

Outro objecto de maior embarraco para o Ministerio são os negocios da Irlanda, pois he fóra de toda a dúvida que esta Nação pertenderá a mais absoluta independencia da Grande-Bretanha, exceptuando o ter o mesmo Soberano: he verdade que o partido do Governo conseguiu fazer demorar a proposta de revogar o Acto de Poyning, ate depois das ferias da Quaresma, com o pretexto de sobre este ponto se consultarem os Proprietarios de terras das diferentes Provincias; porém he muito verosimil que esta dilação só sirva de se apurar com mais evidencia o sentimento geral do povo. Os mais ricos Proprietarios de terras de Dublin já fizerão em 22 de Fevereiro huma Junta, na qual se ajustarão unanimemente as instruções, que neste ponto se devião dar aos Representantes da Cidade no Parlamento. Os de Armagh se havião congregar no dia 24;

e não se duvida que todo o Reino lhe imitará o exemplo. O General Cunningham, que governa em segundo lugar, chegou á Corte para ajustar as providencias, que se devião tomar á cerca dos 650 Cidadãos armados, que pedem que sejam restituídos a todas as regalias de homens perfeitamente livres, por modo que mostrão estarem de acordo de não sofrerem que isto se lhes recuse.

Huma carta de Dublin de 29 de Fevereiro diz, que não tardará em se fazer publica huma universal declaração de liberdade, e independencia daquelle Reino: tres Provincias, e duas Cidades tem já declarado isto em estilo o mais positivo: e sincos Provincias mais tem anunciado juntas semelhantes. No mesmo dia 29 os Camarairos da Cidade de Dublin, acompanhados por 300 Cidadãos, e 240 voluntarios com as suas armas, entregárão aos seus Representantes hum requerimento, e instruções, a fim de se revogar a Lei de Poyning, e se passar hum Acto contra-declaratorio: em Dublin nunca se fez Junta tão consideravel pelo numero, e pela qualidade: e estavão mais constantes, e resolutos a conseguir a liberdade de constituição, do que estiverão por terem a liberdade do commercio; em algumas Resoluções se tem expressado, que não ha poder na terra que tenha, deva ter, nem já mais alcance jus para ligar a Irlanda: por fim, que o povo de Irlanda está na resolução de tornar a fazer renascer a constituição de seus antepassados.

Tendo o Almirantado mandado ordens a Portsmouth, para partir huma pequena Esquadra de fragatas, se fez esta á vela a 28, mandada pelo Capitão Marshall, que vai embarcado na Esmeralda de 32 peças: com outra fragata de 32, huma de 28, e duas de 20, duas chalupas de 14, duas de 8, e dous cutters. Entende-se que esta pequena Esquadra vai cruzar pela costa de França, e embarcar a saída dos navios de transporte, que estão congregados em varios portos, ou tambem para os destruir, se achar modo para isto. O Capitão Jarvis, que andava no Fulminante de 28 peças, cruzando com huma divisão na boca da Mancha, entrou em Plymouth, e dizem, que passou a esta Capital para entregar pes-
soal.

soalmente ao Governo despachos importantes da Corte de França para o Congresso, que se achárao a bordo de huma chalupa, que elle tomou, e hia para a Fila d'elfia. Dão per certo, aquas estes despachos contém huma explicação mui miuda das operações dispostas entre a Corte de Versailles, e o Dr. Franklin, entre as quacs ham dos projectos mais verossimis he o ataque de Halifax, Capital da nova Escócia, que se faria por hum corpo de Tropas da Nova Inglaterra, e por hum grande desembarcamento de forças Francesas de terra, e mar.

O Capitão Mitchell do navio mercante a Aurora, que entrou nas Dunas a 25 de Fevereiro, vindo em 36 dias de S. Christovão, confirma os avisos, que vierão da tomada dos navios do comboio da Martinica; e acrescenta que de 7 para 9 de Fevereiro tinha apparecido á vista de S. Christovão huma Elquadra Francesa de 5 navios de linha, e de 4 fragatas, escoltando huma frota de navios mercantes da Martinica, que hia buscar provisões a Santo Eustáquio.

Dizem que Mr. John Jay, que foi Presidente do Congresso Americano, toma o titulo de Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos à Corte de França; e que o Dr. Franklin vai com o mesmo carácter para a Corte de Madrid. A bôrdo do Protheo, que se tomou aos Franceses, se achou hum grande maço de papeis com instruções para o Governador, e Oficiaes Commandantes de Mauricius, em que hia disposta huma expedição contra os estabelecimentos Ingleses, e para lhe tomarem por surpresa os seus navios da China: estes papeis foram levados ao Conselho do Gabinete.

VERSAILLES 15 de Março.

O Conde de Vergennes, Ministro dos Negocios Estrangeiros, apresentou a S. M. Mr. Gerard, que foi seu Ministro Plenipotenciario aos Estados Unidos da America Septentrional:

Sabio à luz a Filosofia Moral do P. D. Carlos José Mourato, Clerigo Regular: obra utilissima para todo o genero de pessoas, e summamente importante, e precisa para obter a felicidade temporal, e eterna. Vende-se na loja da Impressão Regia na Praça do Commercio: na Officina Luisiana na rua dos Calafates, assina do Collegio dos Catecumenos; e na de José Gomes Martins na rua direita do Moinho de vento.

PARIS 19 de Março.
Aprestava-se com toda a diligencia a Esquadra de Mr. de Ternay, quando chegou a Brest ordem para se aumentar com mais 6 navios de linha. Todos segurão que será primeiro Commandante desta frota Mr. Duchaffault, e Mr. Ternay o segundo. Estes 12 navios escoltarão 10 para 12 mil homens das nossas melhores Tropas: entende-se que vão destinadas para a America Septentrional. Passando á America Mr. Duchaffault, terá o mando da Armada da Mancha Mr. d'Elaing. Mr. de Bougainville irá para outra expedição com 3, ou 4 navios: pelo que o vivo da guerra será este anno na America, onde serão investigadas as Possessões Inglesas, tanto nas Indias Occidentaes, como na America Septentrional.

MADRID 31 de Março.

No dia 27 do corrente tiverão audiencia particular de S. M. o Conde de Massin, e o Cavalleiro de Moran, Embaixador do Rei de Sardenha, na qual o primeiro se despediu, e o segundo apresentou as suas cartas Credenciaes: depois passarão ao quarto do Príncipe, e ao das mais Pessoas Reaes, acompanhados sempre do Marques de Oviedo, Introductor dos Embaixadores.

LISBOA 11 de Abril.

Sabbado 8 do corrente mês celebrarão o seu Capitulo os Religiosos da Congregação da Terceira Ordem da Penitência de S. Francisco, no qual foi eleito Ministro Geral da mesma Congregação o Reverendissimo P. M. Fr. José Mayne, Confessor d'El Rei N. S.: Eleição que se fez em virtude de hum Breve, impetrado á piedosíssima instancia de S. M. Fidelíssima; pelo qual Breve S. Santidade erige aquella Corporação em Congregação nova, e livre de toda a sujeição aos Ministros Generais de toda a Ordem Serafica.

O cambio he hoje na nossa Praça: Para Amsterdam 46 $\frac{3}{4}$ Londres 64.

S U P P L E M E N T O
A'
G A Z E T A D E L I S B O A
N U M E R O X V.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sesta feira 14 de Abril 1780.

P E T E R S B O U R G 19 de Fevereiro.

A Imperatriz com o fim de animar a navegação, e prosperar os novos descubrimentos, mandou que todos os annos se armem no Porto de Kam-Shatzk dez navios, tres para navegarem para o novo Archipelago Septentrional, tres para a America, tres para Ochotskoy, e hum para as Ilhas Kuriles.

C O M P E N H A G U E 4 de Março.

Antes d'hontem se abrio o Supremo Tribunal da Justiça, a que preside pessoalmente S. M., e decide os Processos na ultima instancia, com o parecer dos Accessores, que actualmente são 30, em que entrão os Ministros de Estado. O navio *Boa-Esperança* da nossa companhia das *Indias*, a que o gelo embaraçou a partida, foi queimado com toda a sua carga, cuja perda se avalia em 3400 escudos. Não padecerão os mais navios ancorados, e a equipagem se salvou; mas quando o fogo chegou ao paiol da polvora, e saltou o navio, fez danno a muitos dos Espectadores, que ainda que advertidos, pagaram caro a sua curiosidade, ficando muitos mortos, ou feridos dos estilhaços, et também affogados; por se romper o gelo, sobre que estavão, com a força do impulso, e nesta conta entráram muitas pessoas de distinção.

A L E M A N H A. Ratisbona 6 de Março.

Tendo os Ministros Deputados votado outra vez na Sessão de 28 de Fevereiro sobre a Accesão do Imperio ao Tratado da Paz de Teschen, e prosseguido nas suas deliberações no dia seguinte, em huma Sessão extraordinaria, dão por certo, que o Collegio Eleitoral, e o dos Príncipes acordarão por fim entre si, o modo com que esta Accesão se ha de fazer, *salvo o Direito de terceiro, para usar delle no tempo, e lugar próprio*. Tendo o Collegio das Cidades accedido no principio a esta opinião, o Ministro Directorial de Moguncia remetteu hontem as duas *Conclusa*, ou Decretos do Imperio ao Príncipe de la Tour, e Taxis, principal Commissario do Imperador, que os expedio no mesmo dia a Vienna, a fim de obter a Ratificação suprema de S. M. Depois que se imprimirem os Protocollos destas duas ultimas Sessões, como se fez as de 18, e 21 de Fevereiro, seremos mais amplamente informados do modo, com que se terminou este grande negocio.

Berlin 19 de Fevereiro.

A Nobreza do Principado de Halberstadt requereu a S. M., que a absolvesse dos tributos sobre o vinho, e café, e isto com o fundamento de lhe ser devido este Privilégio: cujo requerimento S. M. lhe escusou: por quanto quando se lhe concederão os seus Privilegios, não se podia nelles comprehender o café, pois não havia ainda uso delle; declarando, que o fim de carregar o direito áquelles géneros, he o politico de pôr freio ao seu uso, por ser elle de puro regalo: e evitar que com o pretexto de ser destinado para a Nobreza, se não introduza demaziada porção, cresça o contrabando, e sahida do dinheiro: que se vai introduzindo este luxo até na gente do campo, deixando o da cerveja, com prejuizo das fabricas della, de que são senhores os mesmos Nobres; por cuja causa elles, em vez de se queixarem, devião agradecer a S. M. aquellas Providencias, até por utilidade, e conveniencia propria; concluindo o Decreto com estas metaycias palavras: *Eu sempre me creci desde moço com cerveja;* e

con-

consequentemente a gente do campo muito bem se pode contentar com elles, na certeza de que o dito mantimento, é bebida tão muito mais fadiga do que o café.

AMSTERDAM 16 de Março.

Pelas ultimas cartas de Londres nós chega a noticia, de que o Tribunal do Almirantado Inglez passou sentença sobre muitos navios Hollandezes, particularmente sobre os que foram tomados do comboio do Almirante Byland. O canamo, e o linho que se acharam a bordo de sete destes navios, foram sentenceados como fazendas de contrabando, bem que estavam no Tratado de 1674 no numero das que são permittidas. Quanto ao ferro, que era parte da sua carga, se mandou apresentar as provas da propriedade, e para a entrega dos mesmos navios se deve igualmente apresentar os Passaportes, e outros Documentos. Outro navio foi condenado, como tambem a sua carga, por se lhe achar a bordo hum salvo conducto de S. M. Christianissima. E outro em fim teve igual sorte, porque tinha outro semelhante salvo conducto, ainda que tres quartos da carga erão dos Negociantes d'Amsterdam. Tres navios foram dados por livres, mas com condicão: 1. De entregarem as suas cargas aos Comissarios da Marinha Inglesa. 2. Que sera paga a sua importancia, depois de constar a quem se deve, &c. Destas sentenças se appellou imediatamente.

H A I A 17 de Março.

Os Estados de Hollanda, e West-Friese continuaram as suas Assembleas a semana passada. Os Estados Geraes tem nomeado a Mr. Balthazar Constantino-Smissaert para seu Ministro á Corte de Portugal, no lugar de Mr. Saurin já falecido.

BRUXELLAS 28 de Fevereiro.

Os Estados da Flandres Austriaca tem resolvido erigir huma Estatua pedestre a S. M. I. e Real, para o que deputaram ao Governador dos Paizes-Baixos a pedir-lhe que lhe quizesse alcançar da Corte de Vienna licença para tributar com este obsequio á Imperatriz Rainha.

L O N D R E S 30 de Março.

Na Sessão do Parlamento de 6 de Março, tendo já o Conde de Shelburne precedentemente anunciado a proposta, que pretendia fazer nesse dia, declarou que ella se dirigia a dimissão que a Corte mandara ao Marquez de Carmathen, e ao Conde de Pembroke dos seus empregos de Lugares-Tenentes da parte Oriental das Províncias d'York, e de Wilts. Mylord Shelburne ponderou quão perigoso era soffret que a Corte estendesse a sua influencia, casligando com a perda dos seus empregos que erão no Parlamento de voto contrario ás intenções do Ministerio, por lho assim dictar a sua consciencia; parccendo-lhe este caso ainda mais grave praticado com os Governadores das Províncias, que tem a regalia de nomearem nelas os Officiaes da Milicia, por cujo meio a Milicia, que se estabeleceu para ser hum corpo defensor da Nação, se poderia converter em hum instrumento servil entre as mãos do Despotismo, e aumentar assim o risco, com que já a liberdade dos povos estava ameaçada pelo exercito permanecente, maiormente porque nesse não se adiantavão senão os adherentes do Ministerio; e com estes motivos expostos muito minadamente, apoiou Mylord Shelburne a sua Proposta, que continha em substancia, que visto o terem sido depositos aquelles doulos Lordes, logo que foi notorio que o seu voto era a favor da Proposta, que se fez no Parlamento, por cuja causa a Camara tem motivos para crer que fosse o motivo disso o seu comportamento na mesma Camara, proponha: «Que se dirijisse a S. M. huma humilde Representação, pedindo-lhe queira benignamente informar esta Camara, se foi aconselhado, e por quem, para excluir os ditos doulos Lordes dos seus encargos em razão do seu comportamento no Parlamento.»

O Marquez de Carmathen, e o Conde de Pembroke declararão debaixo da sua palavra de honra, que não sabião que houvesse outro motivo, a que attribuissem a sua dimissão, mais do que ao ressentimento do Ministerio, por não serem do parti-

do da Corte, quando votarão a favor da proposta de Mylord *Shelburne*. O Conde d'Abingdon approvou a proposta de Mylord *Shelburne*, como tambem o Marquez de *Rochingham*, os Duques de *Grafton*, e de *Richmond*.

O principal argumento do partido Ministerial, foi a Prerrogativa Real, e Sagrada de dispôr dos empregos, sem dar conta a ninguem: o Visconde *Stormont*, o Chanceller *Thurlow*, e os Condes de *Bathurst* de *Hillsboroughe* fizerão com elle grande força, e particularmente o Conde de *Denbigh*, cujas expressões merecerão maior atenção por ter elle a procuração do Conde de *Bute*, e a elle ultimo he a quem se attribue o sistema actual, adoptado com o nome do Ministerio, de perder todos os que não seguem cegamente a vontade da Corte; desde o primeiro Ministro ate ao menor Escriturario: por fim a Proposta foi rejeitada por 92 votos, contra 39: dezenove Membros assignarão hum Protesto, que daremos, quando couber, no Segundo Supplemento.

A 21 do corrente á noite chegou o Capitão *Byron* do navio *Proserpine* com despachos do Almirante *Hyde Parker*, do qual se separara na *Antigua* em 24 de Fevereiro. Destes despachos a Gazeta da Corte de 27 de Março publicou, que o dito Almirante avisava da sua chegada à *Barbados* no navio *Phenix* com o General *Vaughan*, e as tropas, e comboio que comandavão; e que tendo *M. de la Motte Piquet* sahido da bahia de *Forte-Real* na *Martinica* com 7 naos de linha, e huma fragata, elle dividio a sua Esquadra, entregando nove naos ao Comodoro *Collingwood*, reservando igual número para si, e imediatamente se por a seguir o Inimigo. A divisão do Comodoro o avistou a 8 de Fevereiro, e imediatamente lhe deu caça; mas teve o desgosto de o ver escapar-lhe, com o favor do vento, e recolher-se em *Guadaluppe*, onde se abrigarão debaixo da artilharia da fortaleza; o Comodoro continuava a cruzar entre aquella Ilha, e *Martinica*, com intenção de cortar a passagem de *M. de la Motte Piquet*, se se determinasse a voltar a *Forte-Real*.

Na mesma Gazeta se publicou huma carta do Almirante *Pedro Parker*; escrita de 2 de Dezembro, com huma lista das prezas tomadas pela sua Esquadra, desde 25 de Maio até 14 de Novembro passado, a qual consta de 21 navios.

Na Gazeta da Corte do 20 de Março se tinha publicado huma carta do Lord *Lansford*, Capitão do navio de S.M. o *Alexandre*, escrita de *Spithead*, em que dá conta de ter tomado ao Oeste de *Scilly*; a 13 desse mes, huma fragata *Franceza*, que se achou ser o *Monfleur* de 40 peças, e que havia oito dias tinhado do Porto de *Oriente*, e se acha em bom estado para servir.

No dia 20 de Março tivemos notícia de termos chegado ás *Dunas* os navios a Amizade Capitão *Fisher*, e a Justiza Capitão *Washington*, ambos da *Jamaica*. O Capitão *Washington* se separou da frota com outros muitos navios e em 40 agr. de lat., e 47 de longit. Supõe-se serem tomados o *Potomack* Capitão *Mitchel*, e o *Goldsmith* Capitão *Curtis*. O *Potomack* se recorre que depois fosse a pique. Quando o Capitão *Washington* se separou da frota, constava ella de 32 velas.

No dia 21 receberão Mrs. *Muir* filhos, e *Athinson*, negociantes das *Indias Ocidentaes*, avisos de Mr. *Jahson de Moly* por hum expresso das *Dunas*, onde chegou da *Jamaica*, de que em 40 grãos de lat., e 45 de longit. o navio de guerra o *Lewisham*, que comboava a frota da *Jamaica*, tinha experimentado hum tução de vento, e feito tanta agua, que foi obrigada a equipagem a meter-se nos botes, e deixallo, e poucas horas depois foi a pique, separando-se a gente pela frota. Que 2, ou 3 dias depois, 10 navios se separaram do comboio, e também alguns navios de *Liverpool*. A *Susana* foi apique, mas salvou-se a gente. O Capitão *Jahson* se separou do navio da Coroa o *Charles* há quasi 14 dias.

O nosso Embaixador, que está na *Haia*, apresentou huma Memoria aos Estados Geraes em 21 do corrente, na qual, depois de ter recapitulado muitas causas, que tinham dado occasião a varias Memorias, e Representações, concluiu, pedindo huma res-

posta conducente sobre o soccorro, que se tem requerido ha 8 mezes, como estipula do pelos Tratados.

A Hollanda se acha em situação muito critica: poucos dias antes de ter dali sahido o Paquete, o Embaixador da França apresentou aos Estados-Geraes huma Memoria, insistindo com termos peremptorios sobre a immediata declaração de guerra contra a Inglaterra. Os Franceses fallão do ultimo lance com o Conde Byland em termos de reprehensão, como de huma causa ajustada entre os Ingleses, e Hollandeses, sómente com o intento de conservarem a proposta neutralidade, e se pede em pouco tempo aos Estados a resposta, que senão for do agrado de França, sem perda de tempo romperá em hostilidades contra a Hollanda.

He opinião geral, que o Conde de Welderen se manda recolher; e se a Hollanda se declara por Inglaterra, teremos inevitavelmente na Europa huma guerra geral. O Imperador está agastado contra os Hollandeses por alguns pontos de commercio, que elles tem infringido; e ic toma contra elles as armas, as tomará em seu favor o seu Aliado o Rei da Prússia.

P A R I S 19 de Março.

Não ha dúvida em que o Conde de Rochambeau haja de mandar as Tropas, que se embarcão em Brest, levando sob as suas ordens tres Marechaes de Campo, que são Mr. de Vîmesnil, o Cavalheiro de Chathellux, e de Wiltgenstein. Até aqui consta este corpo de Exercito de 6 Regimentos, a que se une a legião do Duque de Lauzan, de quasi 1200 homens, em que entrão quasi 300 Hussares. E consequentemente faz hum Exercito, sem contar o Batalhão de Artilheria, que o ha de acompanhar de 900 homens; mas entende-se que chegara a 1200. Ha dias que partiu Mr. Duchaffault para ir a Brest fazer adiantar o armamento da Esquadra, que ha de comboiar estas Tropas.

O Marquez de la Fayette devia embarcar na fragata Galatea, commandada por Mr. de la Touche Treville filho: e dá-se por certo, que o Conde d'Estate mandará a Armada da Mancha, que ha de constar de 44 velas, havendo de chegar a Brest os Hespanhoes com 21 navios até 15 de Abril. Os 6 navios de Toulon estão promptos, e se julga que se irão unir a Cadiz com a Esquadra Hespanhola. Veio noticia de Brest de terem alli dado fundo; fragatas vindas de Charly Town, donde partirão em 21 de Janeiro, com a noticia de que nesta parte dos Estados Unidos tudo estava tranquillo, puis que o destacamento de 600 homens, que partiu de Nova-York ás ordens do Almirante Arbuthnot, foi para as Indias Occidentaes.

L I S B O A 14 de Abril.

Por hum navio vindo da Bahia, que entrou no nosso Porto, veio noticia de ter chegado áquella Cidade no dia 11 de Novembro passado a não de S. M. o Gigante, em que hão embarcados o Excellentíssimo Marquez de Valença, nomeado Governador della, juntamente com o Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Mariana, e o Excellentíssimo D. Rodrigo de Menezes nomeado Governador das Minas, cuja Excellentíssima Espousa partiu felizmente a bordo hum filho no dia 24 de Setembro, sem embargo de se achac sumamente molestada da viagem, o qual no dia 28 foi baptizado com grande solemnidade pelo Bispo de Mariana. No dia seguinte ao desembarque, tomou o novo Governador posse do seu governo na Igreja Cathedral da Bahia. A partida do novo Governador das Minas, e do Bispo de Mariana, está determinada para o dia 29 de Novembro.

Aqui se verificou a noticia de ter sucedido no dia 9 de Março hum fenomeno admiravel no sitio chamado a Cabeça perto da Azambuja, onde antes se chamava as voltas d'Andreia. Achandose alguns cavallos gradando a terra, e outros sem trabalhar, de repente partirão todos a correr sem poderem ser detidos, e doze delles cahirão subitamente mortos: sucesso bem digno da indagação dos Facultativos.

SEGUNDO SUPPLEMENTO

A'

GAZETA DE LISBOA

NUMERO XV.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sabbado 15 de Abril 1780.

Continuação da Carta circular dos Estados Unidos da America.

Asentado este ponto, resta examinar se a riqueza natural, a bondade, e os recursos do Paiz poderão dar a somma da dívida. Supponhamos para isto, que no fim da guerra importem os diferentes saques de bilhetes em 200,000,000; que sem contar os impostos, que não deixão de ser consideraveis, sommam os empréstimos em 100,000,000: então o total da dívida Nacional dos *Estados Unidos* será 300 milhões. Nos treze Estados ha presentemente 3,000,000 de Habitantes: divididos 300 milhões de dollars entre 3 milhões de homens, toca a 100 dollars por cabeça; e haverá individuo na *America*, que os não possa pagar em 18, ou 20 annos? Supponhamos toda a dívida repartida por todos os Habitantes, como deve ser, á proporção dos seus bens, que parte tocará aos pobres! Talvez não seja de 10 dollars. Além de que esta dívida não he necessário que se pague imediatamente; e he provavel que se concedão 20 annos para o seu pagamento, e neste tempo dobrará o número dos habitantes. Todos sabem que a povoação destes Paizes aumenta quasi na mesma proporção, que o interesse composto. Pela propagação ella duplica todos os vinte annos, e não se pode dizer qual será o número dos Emigrantes, que nos chegão aos bandos dos outros Paizes. Nós temos o maior fundamento para dizer, que será immenso. Supponhamos que entrem sómente 1000 no primeiro anno depois da guerra: em 20 annos quanto terão produzido estes 1000 com as suas famílias? Provavelmente será dobrado o seu número; e assim se pode calcular á proporção o produto dos Emigrantes, que vierem em cada hum dos annos seguintes: por aqui vedes que a maior parte da vostra dívida não ha de ser paga tão sómente pelos actuais habitantes, mas também pelos filhos, que estes tiverem dado ao Estado, por huma multidão de Emigrantes, que nos chegão dos Paizes Estrangeiros, e pelos novos Habitantes, que sucessivamente estes hão de ir produzindo: de sorte, que a porção da dívida de cada pessoa diminuirá constantemente á medida que vierem os outros tomar parte na dívida total, e pagar a sua quota.

Taes são as vantagens, de que sómente gozão os Estados, que começão de novo. O numero dos Habitantes de cada Nação da *Europa* he quasi o mesmo de hum Século a outro. Hum Paiz não produz mais, do que o numero de homens que pode sustentar; e todo o Paiz que he livre, e cultivado, o produz infallivelmente. Por aqui podemos fazer alguma idéa da futura povoação destes Estados. Desertos immensos, que mal ainda se conhecem, ou que talvez ainda se não fez diligencia para penetrar, esperão a cultura: lagas vastíssimas, rios, cujas aguas tem por muitas idades relado para o Oceano no silencio da obliteridade, e que não esperão mais, do que ouvir o estrondo da industria, se offerecem a servir ao commercio, e se encherem com o contentamento de verem levantar-se sobre as suas margens as povoações, as douradas grimpas das tortes, e Cidades populosas.

Temos dito quanto basta sobre o numero das pessoas por quem se ha de repartir o onus da dívida: he o uitimo ponto o examinar os meios. Os que examinão quan-

tos milhões de geiras ha unicamente na parte da *America do Norte*, onde se tem feito estabelecimentos, e quanto vale cada geira, farão muito grande, e bem proporcionado conceito da bondade do nosso terreno. Mas os que adiantarem mais longe as suas indagações, e que soubrem que antes pagavamos á *Inglaterra* hum tributo anual de 3 milhões esterl., em objectos de commercio, e sem que por isso deixassemos de nos enriquecer continuadamente; que não tinhamos commercio mais, do que sólamente com esta Nação; que estávamos obrigados a levar os nossos generos aos seus mercados, e consequentemente a vendellos pelo preço que ella mesmo nos taxava; que éramos obrigados a comprar as fazendas Estrangeiras nos seus próprios armazens, e estar pelas condições que ella nos punha para esta compra; que nos era prohibido estabelecer alguma manufactura, que pudesse ser contraria ás suas intenções lucrosas; ao mesmo tempo que pelo contrario daqui em diante, o mundo inteiro nos será franco, e teremos a liberdade de comprar aos que nos venderem mais barato, e vender aos que nos pagarem por maior preço: que augmentando cada dia o número dos Habitantes, e a cultura, augmentarão na mesma proporção as produções da terra, e consequentemente também a riqueza pública. Os que examinarem a força destas observações, e de outras muitas semelhantes, sem dúvida darão hum desdenho sozinho à ignorância de todos os que entrão em dúvida sobre os meios, que tem os *Estatos Unidos* para desempenharem os seus bilhetes.

Reparemos que a moeda de papel he o unico dinheiro, que não pode ter azas, e voar: demora-se entre nós, nunca nos desampara; sempre está prompto, e á mão para as emprezas do Commercio, para o pagamento dos tributos, e todo o homem industrioso o pode conseguir. Pelo contrario se a *Inglaterra* em caso semelhante ao de *Ninive*, e pela mesma razão achar ainda perdão, e escapar á borrasca, que está quasi rebentando sobre ella, achará a sua divida Nacional em outro estado bem diferente. No momento, em que vê diminuido o seu territorio, o seu Povo empobrecido, arruinado o Commercio, perdidos para sempre os seus monopolios, he obrigada a diligenciar por se salvar de huma divida immensa, impostos pagos em moeda, cujo ouro, ou prata ainda estão entranhados nas minas do *Mexico*, ou de *Peru*, ou enterrado nas areias das fontes, e ribeiros da *Africa*, ou do *Indostan*.

Depois de termos mostrado, que não ha fundamento para duvidar de que os *Estatos Unidos* tenham meios para pagarem a sua divida, examinemos se se pode dizer o mesmo do desejo de o fazer. Tres cousas convém ponderar sobre este ponto. 1. Se os *Estatos Unidos* tem empenhado a sua palavra de resgatar os bilhetes, e porque theor o tem feito? 2. Se elles tem tomado huma forma política, capaz de os resgatarem. 3. Se admittidas as duas primeiras proposições, ha razão para temer huma indigna violação da fé pública?

Primeiramente he notorio a quantos tem lido os diarios do Congresso, ou lançado os olhos para os seus bilhetes, que o Congresso tem empenhado para seu resgate a palavra de seus Constituintes. He igualmente notorio, que não sólamente tem autoridade para o fazer, mas que seus Constituintes tem actualmente ratificado o seu comportamento, aceitando os bilhetes, passando Leis para elles correrem, e castigando os que os tem contrafeito, de sorte que se pode dizer com verdade, que o Povo não só collectivamente na pessoa dos seus Representantes, mas ainda por cada hum dos individuos, empenhou a sua palavra para o seu desempenho.

2. Os *Estatos Unidos* tem elles tomado a forma politica capaz de os remirem? Questão he esta, que pede maior discussão. Os nossos Inimigos exteriores, e domesticos tem forcejado por suscitarem dúvidas sobre este ponto: argumentão que ainda não está completa a confederação dos Estados: que a união se pode desvanecer, e abolir-se o Congresso; e que revogando cada Estado os seus poderes, que sólamente tinha delegado, pode para o tempo futuro tomar, e exercer todos os direitos de soberania, que são proprios de todo o Estado independente. Em caso tal (dizem elles) os bilhetes

Americanos, criados, e sustentados unicamente pela união, se anniquilará com ella. Admittida esta proposição, chego a dar por certo, que este sucesso he conforme á razão, e dão para prova as nossas divisões, os nossos partidos, os nossos discordes interesses, a diferença dos nossos usos, as nossas antigas preocupações, e outros muitos argumentos igualmente plausiveis, e igualmente sofisticos. Examinemos este ponto.

Para qualquer expediente essencial á defesa dos Estados em todo o decurso da guerra actual, e necessário para se conseguir objecto della, estes Estados se tem confederado até agora o mais plena, legal, e absolutamente que lhes foi possível fazello. Lede as cartas Credenciaes dos diferentes Delegados, que compunham o Congresso em 1774, em 1775, e em huma parte de 1776, e verás que elles estabelecem huma união com o expresso designio de se oppôr ás opressões da Inglaterra, e obter o reparo das suas queixas. A 4 de Julho de 1776 os vossos Representantes no Congresso, percebendo que huma submissão sem reserva era o que unicamente podia satisfazer os vossos Inimigos, em nome do Povo, e das treze *Colonias unidas*, as declaráram *Estados Livres, e Independentes*; e para sustentar esta declaração, cheios de confiança na protecção da Providencia Divina, empenharão reciprocamente uns aos outros *as suas vidas, os seus cabedais, o sagrado da sua honra*. E houve nunca confederação mais formal, mais solene, mais positiva: Ella foi expressamente adoptada, e ratificada por cada um dos Estados da união. Em consequencia do que, para sustentar directamente a Declaração, isto he, a *Independencia* destes Estados, se allistarão exercitos; e para se manterem estes, se inventarão os bilhetes, e sollicitarão os empréstimos. Pelo que o resgate destes bilhetes, o pagamento destas dívidas, o ajuste das contas dos diferentes Estados para o serviço, e despezas a que obrigava o bem commun nella causa commun, entrão no número dos objectos da Confederação: e em quanto ou todos, ou alguns delles estiverem ainda por satisfazer, pelas Leis Divinas, e humanas, não se pôde ella desvanecer, ao menos no que diz respeito a estes objectos.

Mas nós estamos bem persuadidos, e os nossos Inimigos o conhacerão, que a nossa Confederação não se fez para acabar por este modo. Enganão-se se nos suppõem reunidos unicamente pelo sentimento dos nossos perigos actuaes. He hum facto, de que unicamente elles duvidarão, que os povos dos Estados nunca estiverão mais cordalmente unidos do que hoje. Obrigados a misturar-nos uns com os outros, tambem se misturarão os costumes, e abolirão-se as antigas preocupações. Hum sentimento de interesse commun, e permanente, esta reciproca affeição, que se gera da fraternidade de desgraças, e de padecimentos: os vínculos do parentesco que se dilatão todos os dias, a uniformidade de linguagem, e de Governo, e consequentemente tambem de costumes; a importancia, o explendor, o peso que adquire a nossa Confederação, tudo conspita a corroborar a cadeia da connexão, que nos deve ligar para sempre. A *Holland*, os Cantões *Suiços* ficarão livres em circunstancias semelhantes ás nossas; a sua Independencia dura ha muito tempo, e as suas confederações subsistem em todo o seu vigor. E por qual razão será menos durável a nossa união? Porque caua os moradores dos Estados da *America* se hão de reputar menos prudentes, do que os destas Repúblicas Europeas: Vós não ignorais que se tem formado o Plano de huma perpetua confederação, e que 12 dos 13 Estados tem accedido a elle. Porém temos dito quanto he bastante, para mostrar que em todos os projectos da guerra actual, e em quanto lhe diz respeito, ha huma perfecta, e solene Confederação, e consequentemente, que os Estados tem actualmente, e sempre terão capacidade política de desempenharem os seus bilhetes, e pagarem as suas dívidas.

3 Concedidos os meios, e a capacidade política aos Estados para desempenharem os seus bilhetes, ficará algum fundamento para se recer huma vil violação da fé pública: Com bastante repugnância, e violencia nossa, nos encarregamos nós proprios de discutir huma questão, que contém em si huma dúvida tão injuriosa á honra, e dignidade da *America*.

Refletindo o Inimigo que la força da *America* consiste na união de seus Cidadãos, e na prudencia, e integridade daquelles, a quem tem commetido a direcção dos seus negócios, tem feito diligencias incansaveis por assustar, e desunir o Povo, por desacreditar os talentos, e virtudes de seus Chefes, e fazer esmorecer a confiança de seus Constituintes. Para isto tem tentado por varias vezes estabelecer huma absurdia, e imaginaria linha de distinção entre o Congresso, e o Povo, e crear a opinião, e a persuasão, de que os seus interesses, como tambem as suas tendências, erão diferentes, e oppostas. Daqui nascerão os contos ridiculos, as infinuações invejosas, as fantasticas suspeitas, que se tem fomentado por Emissarios disfarçados, e traidores encubertos com a máscara de Patriotismo. Daqui procedeo aquelle singular descubrimento de dizer, que tendo o Congresso sido inventor dos bilhetes para servirem de moedas, elle mesmo lhes pode tirar o valor, e os conservará unicamente o tempo, que julgar conveniente admittilos. Não he para admirar que em hum Paiz livre, onde não ha, nem deve haver poder que refree as linguas, nem as penas, tenham lavrado estas heresias politicas, e que se tenha pertendido incuscallas; mas he verdadeiramente para espantar que haja hum virtuoso *Americano*, que se deixasse persuadir dellas. Não he necessario trazer-vos á memoria quo entre vós mesmos forão escolhidos os vossos Representantes, i que vós conhecéis, ou devais conhecer os seus diversos caracteres, que estão aqui para explicar os vossos sentimentos, e que sempre está na vossa mão o excluir todo aquelle que o não fizer com exacção; logo estais certamente convencidos que não depende do seu arbitrio o anniquilar o vosso dinheiro em papel, assim como não depende o anniquilar a vossa Independencia; e que a menor diligencia que fizessem para qualquer destes designios, seria de si nulla, e illusoria.

Seria mostrar bem mau conceito do bom censo, e da honra de todo o verdadeiro *Americano* o usar de muitos argumentos para provar a vileza, e má politica que haveria em violar a nossa fé Nacional, e não buscar pelo contrario todas as necessarias medidas para a conservar. Huma República, que fallisse com má fé, feria huma novidade no Mundo político, e se apontaria a dedo como huma vil prostituida entre castas, e respeitaveis matronas. A altivez *Americana* estremece só com tal idéa. Os nossos Cidadãos sabem com que fins se espalharão os bilhetes: por muitas vezes tem empenhado a sua sagrada palavra para os remir: estes papeis hoje são huma porção dos bens de cada particular, e cada particular tem interesse em que elles se resgatem. Sem dúvida que confiam muito na credulidade *Americana* os que supõem, que o Povo he capaz de crer; depois de madura reflexão, que, contra a fé, honra, e interesse de toda a *America*, toda a *America* se inclinará a favorecer, sustentar, ou permitir huma operação de tamanha ruina, e infamia. Nós estamos convencidos de que nossos Inimigos se não pouparão a diligencia, ou artificio algum, a fim de nos porem nesta abatida, e desacreditada situação. Estimulados pelo rancor, e pelas suggestões de desesperação, e maos sucessos, vendo-se incapazes de nos fazerem submitter as cabeças ao seu jugo, maquinaraõ por meio da violencia, e da seducção, o fazerem-nos cahir nesta falta indesculpavel, a fim de conseguirem que sobre nós venha o castigo, que lhes seria devido a elles, e de fazer que sejamos a escória de humanidade, e o nosso nome hum objeto de lúdibrio entre todas as Nações. Antevendo taes consequencias, conhecendo o valor do crédito Nacional, e penetrada do vivo sentimento da justiça, da honra, e das suas Leis immudaveis, he impossivel que a *America* se lembre, sem horror, de acção tão execravel.

A continuação na folha seguinte.



Terça feira 18 de Abril 1780.

CONSTANTINOPLA 5 de Fevereiro.

NAÓ estamos sem susto de peste, pois tem morrido no arrabalde de *Galata* varias pessoas com indicios dela, o que obrigou aos Ministros Estrangeiros, que morão em *Pera*, a não quererem communicação alguma com os que suspeitão inficionados, para cujo fim mandarão fechar as suas portas.

Hum navio de *Aleppo* traz noticia, que se tinha sentido nas costas do mar vermelho huma grande tormenta, com a qual se perderão muitos navios do Oriente, e padecerão muito estrago as povoações marítimas.

MALTA 15 de Fevereiro.

Na noite de 26 de Janeiro se sentio aqui hum terremoto tão violento, que demolio muitas chaminés, paredes, e casas inteiras: o zimborio da Igreja *Cathedral* se aruinou, e tambem o Hospital das mulheres: foi tal o susto nos moradores, que se abarracáram no campo, e o Vigario mandou fechar o theatro, e fazer preces públicas: mas como se não sentio depois outro tremor, está tudo sosegado.

NAPOLÉS 22 de Fevereiro.

A Rainha, que entrou no 7.º mez da sua prenhez, se acha tão molestada, que não pode assistir ás festas, que a nossa Corte faz ao Arquiduque *Fernando*, e á Arquiduquesa sua Esposa; estas festas se suspenderão por causa da morte da Princeza *Maria Luiza Amelia*, filha segunda de SS. MM., que morreu de bexigas na noite de 21, tendo de idade 6 annos e meio.

MODENA 2 de Março.

O Príncipe Hereditário *Hercules-Renaud*, sucessor do Duque de *Modena*, Francisco Maria d'Este, tem já mudado a Administração do Ducado: foi nomeado Primeiro

Ministro o Marquez *Rangoni*; o Marquez *Marchisio*, actualmente Ministro na Corte de *Vienna*, foi nomeado Ministro dos Negocios Estrangeiros, e Politicos: o Marquez *Montecuculi*, Capitão General; e o Conde *Vallotti*, Superintendente do Erário, e Economia Ducal, e Regedor das Justiças. S. A. Ser. declarou, que ha de dar audiencia pública tres vezes na semana; e que para melhorar a Administração da Justiça, estabelecerá hum Tribunal de Juris-Consultos graduados: reformou o Corpo de Artilheria, Dragões, e Regimento de Guardas, deixando unicamente em pé huma legião de 28 homens.

MILÃO 3 de Março.

Aqui chegou de *Varese* o Testamento do Duque defunto de *Modena*, mas mandou-se lacrado a *Vienna* para o Imperador, a quem o defunto deixou por Executor Testamenteiro. Em hum Codicillo ordenou, que o seu corpo se enterrasse no Convento dos *Capuchinhos* de *Varese*. Até aqui não se sabe que tratamento terá a Princeza *Melzi*; mas no em tanto parece que o Duque Reinante tem tenção de fazer mudanças notaveis. S. A. Seren. convidou a Duqueza sua Esposa para irem estabelecer a sua Residencia em *Modena*, onde achará huma nova Corte.

LONDRES.

Continuação das notícias de 30 de Março.

Todas as Sessões da Câmara dos Comuns, desde 15 do mez passado, tem dado a curiosidade pública o espetáculo de hum combate quase aturado, entre os grandes partidos que tem em discordia o Parlamento, e a Nação.

O Plano da economia, e reforma, projectado por Mr. Burke, tem sido o maior objecto desta contestação política. E quando

em 11 de Fevereiro o apresentou à primeira vez, Mylord *North* o louvou; e tendo depois declarado, que S. M. consentia na sua discussão, pelo que respeitava á *Lista civil*, huns se persuadião que o Partido da Administração estava sinceramente determinado a favorecer a reforma proposta; ao mesmo tempo que outros desde logo ajuizárao, que a pezar das actuaes apparenças, o Plano se desvaneceria, antes que se promulgasse por Lei, e desse á execução. O caminho que este grande negocio tinha seguido, parecia confirmar esta ultima opinião; porém hum caso inopinado, e muito notável, sucedido na Sessão de 13 de Março, fez perder ao Ministério aquella pluralidade, que com tanta constância conservou em todo o tempo do presente Parlamento, tanto na Câmara dos Comunes, como na dos Pares; e este primeiro triunfo do Partido da *Opposição* parecia augurar, senão huma mudança na Administração, ao menos a necessidade, em que se ha de ver, de ceder por algum tempo aos deejos do Povo expressados nas suas petições. Para fazer idéa destas Contestações, he necessário tomar as coulhas mais do seu principio.

A 8 de Março lida a ordem do dia, a Câmara se formou em Deputação sobre o Bil de reforma, que Mr. Burke presentou de novo a 23 de Fevereiro. Mylord *Gordon*, que sempre foi opposto ao dito plano, bem que alias Antagonista zeloso dos Ministros, chegando na força dos debates ao excesso de dizer, fallando da reciproca obrigação entre o Príncipe, e o Povo: Que elle declarava á Câmara que tinha 1600 homens na Escocia ás suas ordens; e que se o Rei não observasse o juramento da sua Coroação, elles farião mais do que privalho das rendas da lista Civil, pois estavão determinados a cortar-lhe a cabeça: expressão, por que foi reprehendido pelo Presidente. Nesta occasião propôz que se dessem á Câmara as instruções precisas para se cuidar, quando se formasse o Bil, na supressão dos officios de Auditores, e Contador do Thesouro.

Como alguns destes ultimos empregos, que Mr. *Gordon* propunha para se abolirem, estavão ocupados por Membros da

Opposição, e erão daqueles, de que também Mr. *Burke* propunha a abolição, Mylord *North*, e juntamente seus adversarios, julgárao inúteis estas instruções. No meio destes discursos, que occasionou a proposição ácerca da natureza do Bil, das petições do Povo, Associações, &c. Mr. *Rigby*, Pagador Geral das Tropas, mereceu a attenção geral com hum novo objecto de discussão. Deo elle a entender o ser de opinião: »Que a Câmara não tinha autoridade para privar o Rei da livre disposição da lista Civil, de que lhe tinha concedido a posse durante a sua vida, menos que se não provasse formalmente que a Coroa abusara desta concessão.» Esta questão foi agitada com muito calor de parte a parte, e os Membros Anti-Ministeriales insistirão vivamente, que antes de passar ao exame do Bil, se puzesse a votos a questão sobre que Mr. *Rigby* mostrava ter dúvidas; e para evitá todo o obstáculo, cedeo Mr. *Gordon* da sua proposta: porém temendo talvez os Adherentes da Administração, que a pluralidade fuisse contrá elles, não quizerão estar por isso, e foi determinado por 205 votos, contra 199, que sem tratar mais deste ponto se parasse na ordem do dia; e consequentemente procedeo a Câmara a ponderar a primeira clausula do Bil, em que se propunha suprimir como inutil o emprego de 3º Secretario de Estado (o da *America*.) E depois dos debates, que durárao até ás 3 horas da manhã, foi esta clausula impugnada por 208 votos contra 201.

O Partido Ministerial tinha conservado até esse tempo a pluralidade, bem que a diminuição dos votos lhe desse fundamento para temer a decadencia, o que com effeito sucedeo na Sessão de 13 de Março. A borracha começou por algumas palavras muito activas entre o primeiro Ministro, e o Coronel *Barré*, tendo o primeiro proposto hum Bil a fim de estabelecer huma Comissão composta de pessoas, que não são Membros do Parlamento para a revisão das contas públicas, Bil, que Mr. *Barré* tinha projectado, e que tinha anunciado queria propôr na primeira occasião. O Coronel accusou My-

Lord North de estar côncluido no fraudulento contrato da agua ardente de cana para as Tropas da America; e o Ministro, contra o seu costume, se deixou arrabatar de tanta paixão, que desafiou o Coronel, cujo desafio foi depois obrigado a retractar; com tudo o Bill foi uniformemente aprovado. Depois se tornou de novo a congregar a Camara em Deputação sobre o Bill de Mr. Burke, e se tratou da segunda clausula, propondo a suppressão da Junta do Commercio.

Durante os Debates, Mr. Carlos Fox apellou para a opinião do Orador, ou Presidente da Camara sobre o ponto: » Se a constituição do Parlamento tinha annexo a si hum jus, inherente aos Representantes do Povo, de embaraçar o exercicio de algum poder da Coroa, que se dirigisse a manter hum Governo por influencia, e corrupção contra o voto do Povo, contra o resarcimento dos agressivos nacionaes, e com ruina da liberdade, e Independencia do Parlamento. » O Orador tomou imediatamente lugar na Deputação, justificou as petições do Povo; mas julgou que as Associações erão de consequencia muito perigosa, e igualmente se mostrou duvidoso sobre o jus da Camara para tocar na lista Civil. Quanto á Junta do Commercio observou: » Que ella não pertencia á Casa de S. M., mas sim ao Estado: que era huma Junta não sólamente inutil nas suas funções, mas também perniciosa nos seus effeitos; e que não tinha mais prestimo do que o de introduzir na Camara 7, ou 8 Membros pensionarios, promptos a darem em toda a materia o seu voto, segundo as ordens da Corte; pelo que elle estava plena, e firmemente convencido em sua consciencia que esta Junta se devia abolir. »

Mr. Fletcher Norton não se exprimiu com menos clareza sobre a perigosa influencia da Coroa, pasmando-se da affiouenza dos que se animavão a negar o seu actual crescimento. Por fim desaffogou contra o primeiro Ministro, que não havia muito tempo tinha asseverado esta mesma afferção, tomndo daqui occasião de o censurar sobre hum negocio particular, que a elle

lhe dizia respeito. Tratou-se do emprego de Primeiro Juiz do Tribunal dos Requerimentos ordinarios. O Duque de Grafton, Predecessor de Mylord North no lugar de Primeiro Ministro, tendo mandado offerecer ao Cavalheiro Norton por Mr. Righy o lugar de Orador dos Communs, lhe promettera em nome da Coroa, se elle aceitasse aquelle encargo, o primeiro emprego de importancia que vagasse na Júdicia: e tendo-se determinado o Cavalheiro William de Grey, Primeiro Juiz do Tribunal dos Requerimentos ordinarios, a renunciar este emprego, pedio Mr. Fletcher o succeder-lhe nesse; mas querendo Mylord North que este cargo passasse a Mr. Wedderburne, actualmente Procurador General, allegou, que elle não estava obrigado pela palavra de seu antecessor. Ainda houve mais. Tendo o Orador dito no principio, que nos meios da escolha de Mr. Wedderburne havia alguma causa abominavel, se explicou depois, dizendo, que esta escolha se fizera por soborno de dinheiro. Mr. Fox deu os parabens ao partido Patriótico, de terem trazido para a sua parte hum Membro de tal credito, e importancia; e não sem razão, pois que depois de huma altercação muito viva, tornando a Camara ao objecto original dos debates, se resolveo a suppressão da Junta do Commercio com a pluralidade de 8 votos, tendo 207 votado a favor da proposição de Mr. Burke, e 199 pelo Ministério. Esta Resolução da Deputação, em que triunfou o partido Antiministerial, e se aprovou depois em plena Camara.

Dizem as cartas de Virginia, que se fazem alli grandes aprestos para se engrossar o exercito do General Lincoln na Carolina do Sul. Estavão promptos a embarcar em Janeiro no Rio Elk 500 homens do Exercito de Washington, para irem para Hampton em Norfolk a fazer cara ao Exercito do General Clinton, de que ha noticia na Virginia ter embarcado em Nova-York em 20 de Dezembro, com quasi 700 homens, com designio de alguma expedição na Virginia, ou Carolina do Sul.

As cartas de Boston na Nova Inglaterra de 25 de Dezembro, e do primeiro de Janeiro, dizem, que nos Estados do Norte,

e do Centro se fazem disposições, que incluião para a campanha do Verão seguinte, mais do que huma defensiva.

Pelo navio *Charon* se confirma a notícia da perda da não de guerra o *Leviathan*. Abriu água no mar a 16 de Fevereiro passado, em razão de hum tempo forte, e não a pode estancar, de sorte que no dia 27 foi ao fundo. A equipagem com algumas provisões, e muito poucos generos se salvou com trabalho.

O *Leviathan* esteve tão vizinho de Havana, que viu 5 naos de linha, e muitos transportes, em que estavão embarcadas Tropas para huma expedição secreta. Huma carta de hum Official do navio *Charon*, escrita a hum Cavalheiro desta Cidade, se explica assim: «A nossa perda no *Leviathan* se avalia em perto de 1200 lib. em cochonilha, anil, e azouge. Temos com tudo a nosso bordo o cofre das patacas tomado aos *Hespanhoes*: e a nossa gente repartiu quasi 600 lib. por cabeça.»

Escrevem de *Brest*, que a 9 deste mês se avistou no mar hum grande navio *Hollandes* sem Piloto, nem Marinheiros, e estando o mar quieto, dous pequenos baleeiros forão ver o que tinha, e ao chegarem ficáron admirados, por verem hum homem enforcado na verga do mastro grande: entráron alguns dentro no navio, e conhecérão que era o Capitão, e virão com assombro que toda a equipagem estava morta sobre a tolda: e o mais extraordinario era estarem pregados nella. O navio foi levado ao Porto, e se achou não se ter tocado na sua carga: este caso extraordinario he digno de exame, e imediatamente se expedirão navios para ver se se acha algum vestigio, por que se possa descobrir por quem, e como fosse cometida esta horrivel barbaridade.

Está-se aprontando com a maior brevidade o comboio para *Lisboa*, que ha de tambem escoltar os navios do *Porto*, e voltar a *Inglatera* imediatamente com os que estão nestes portos prompts para partir.

O Almirante *Digby* está designado para este anno mandar a frota da *Mancha*, que

se achará augmentada com os 5 navios todos mados aos *Hespanhoes*, 4 na acção junto ao *Estreito*, e hum do comboio de *Bilbao*.

F R A N Ç A. *Brest* 1; de Março.

Aqui se recebeuo ordem para se armarem os navios o *Cesar* de 74, o *Ardente* de 64, para se incorporarem à Esquadra, que ha de partir mandada por Mr. de *Ternay*, se Mr. *Duchaffault* não está na resolução de ir á *America*, pois dão por certo que lho não permite a sua saude.

Paris 26 de Março.

A Corte tomou a 11 deste mez luto por onze dias pela morte do Duque de *Modena*, Irmão da Princeza de *Conti*.

A promoção que S. M. fez no seu Exercito de terra he tamanha, que se entende não se imprimirá em lista. Quinhentos para seiscentos Oficiaes de toda a graduação forão adiantados hum grão. Ainda se não declarou a promoção dos Coronéis para Regimentos, de que ha vinte vagos.

C A M P O D E S. R O Q U E.

23 de Março.

Nestes ultimos dias tem a Praça atirado a este campo varias balas, e bombas, ao que parece sem pontaria certa, e sem dano da nossa parte.

Os nossos navios de guerra estão nos seus respectivos furgidouros, guardando o *Estreito*; e por lhes terem feito finaes as vigias da costa, se fizerão á vela as naos *S. Justo*, *S. Miguel*, a fragata o *Rosario*, e o xaveco *Murciano*.

M A D R I D 4 de Abril.

As noticias que recebemos do Real sítio de *Pardo*, são de se achar restabelecida a Princeza, de sorte que já no Domingo passado foi ouvir Missa ao Oratorio do quarto do Príncipe, acompanhada dos Grandes, Camareira, Damas, e seus criados, levando consigo o recem-nascido Infante. Nesta occasião receberão SS. AA. as bençãos, que tem prescripto a Igreja para aquele religioso acto, das mãos do Cardenal Patriarca.

O cambio he hoje na nossa Praça: Para Amsterdam $46 \frac{3}{4}$. Londres 64. Paris 452. Genova 710.

S U P P L E M E N T O
A.
G A Z E T A D E L I S B O A
N U M E R O XVI.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sexta feira 21 de Abril 1780.

P E T E R S B O U R G 22 de Fevereiro.

ANossa Augusta Soberana honrou os dias passados ao Conde *d'Osterman*, Vice-Chancellor do Imperio, com huma visita, dignando-se de jantar com elle; e nesta occasião S. M. offereceo áquelle Cavalheiro huma magnifica caixa de tabaco avaliada em 300 robles; e á sua Esposa huma rica joia de diamantes do valor de 700 robles.

S. M. Imp. expedio ao Senado hum Decreto, em que manda, que o Marechal Principe de *Gallitzin* tome a seu cargo o regular para o fim de Maio proximo o Governo de Petersbourg, pelo plano, que se tem praticado em outras Províncias do Imperio: mandando distribuir o Governo de Petersbourg em 7 círculos, ou distritos, por cujo motivo se ha de construir em alguma distancia de *Czaarcozel* huma nova Cidade, que se ha de denominar *Sofia*; e as povoações de *Oraniembau*, e *Roschesfwen-schja* tambem se erigirão em Cidades.

S T O K O L M O 27 de Fevereiro.

Os Negociantes deste Reino recorrerão outra vez a S. M. pedindo-lhe quizesse proteger por mar o seu commercio durante a presente guerra; e S. M. benignamente deferiu ao seu requerimento: em consequencia do que se prepara ultimamente em *Carlskron* hum comboio de náos, e fragatas para escoltarem os navios mercantes. Também se diz que se trata de ajustar huma aliança entre esta Corte, e mais tres Potencias, dirigida a manter a neutralidade.

VIEENNA 9 de Março.

Todas as Tropas, que tiverão ordem para formarem campos em *Bahemia*, *Moravia*, *Luxemburgo*, e *Styria*, receberão contra-ordens, e somos informados, que este anno não haverá acampamento. O Imperador intenta sahir daqui no principio de Maio proximo, para ver todas as Praças fronteiras dos Reinos de *Galicia*, e *Lodomaria*, e dos distritos de *Buckowina*; e estamos certos que Sua Imperial Magestade hirá depois a *Bohemia*, onde estão para se construir por sua ordem duas fortalezas novas.

H A M B U R G 14 de Março.

Os avisos de *Polonia* dizem, que tudo se dispõe para se fazer a Dieta, que em poucos mezes se ha de juntar; porém se devemos ajuizar pelo rebuliço que reina nas Dietinas, he de temer que ella não seja tão tranquilla como a precedente. As Tropas *Russianas*, que se achavão em *Brzez*, forão atacadas pelos *Polacos*; e achando-se em muito pequeno número para lhes fazer cara, forão obrigados a retirar-se, depois de terem perdido 13 homens; mas vendo-se reforçados, investirão os atacantes alternadamente, e os fizerão fugir. Os *Polacos*, dizem, que perderão 20 nobres, e outros muitos moradores neste encontro, sobre o qual esperamos noticias ulteriores.

H A I A 22 de Março.

Dizem as ultimas cartas de *Londres*, que o Conde de *Welderan*, Embaixador dos Estados-Geraes, entregou a 6 deste mez, em consequencia da Resolução de S. A. P. de 37 de Fevereiro, ao Visconde *Stormont*, Secretario de Estado, huma Memoria, em que se queixa de se ter accommittido o comboio *Hollander*. O Ministro Inglez promettendo dar a resposta, tanto que recebesse as ordens dc S. M. sobre este ponto, ac-

crescentou: » Que elle não podia deixar de fazer reparo em que a Republica ainda não tivesse resolvido sobre a requisição , que a Grande-Bretanha lhe fizera do socorro estipulado pelos Tratados , por mais que o Cavalcante Yorke , Embaixador de S. M. fizesse sobre este ponto repetidas instâncias ; de sorte que a Corte de Londres estava na incerteza , se devia considerar a Republica como huma Potencia amiga , e aliada ; ou simplesmente no pé de huma Nação amiga , mas neutral » por fim , se havemos de estar pelo juizo do Tribunal do Almirantado Ingles , que condenou os navios tomados , não tem lugar as queixas da Republica , por ser a bandeira Inglesa a que foi insultada , e não a das Provincias-Unidas , tendo-se a Esquadra Hollandeza oposto por força a huma visita autorizada pelos Tratados . Com tudo , até agora esta disposição dos Tratados , que não he mais do que o uso geral observado no mar , não se tinha applicado senão aos navios mercantes , que navegavão só , e sem que a bandeira do seu Soberano os abonasse sobre a natureza da sua carga . Todas as circunstâncias relativas ao successo de que se trata , se verificarão sem dúvida em hum Conselho de Guerra , que se diz ha de juntar-se , a fim de sentencear o Vice-Almirante Conde de Byland . DUBLIN 9 de Março .

No mesmo momento que o espirito de liberdade , de que se anima huma grande parte do Povo Irlandez , parecia estar a ponto de romper os vinculos de dependencia , que o tinham ainda sopenado á Nação Inglesa , se amortecce de repente este ardor patriotico . Tendo o Cavaleiro Ricardo Johnstone anunciado para 16 de Fevereiro huma Proposta , que se dirigia a revogar-se o Acto de Poyning , declarou naquelle mesmo dia : » Que tendo consultado algumas Pessoas de consideração , tinha julgado conveniente dilatar as deliberações sobre esta materia até depois de ferias , para que os Membros do Parlamento tivessem tempo de consultar scus Constituintes , e receber delles as instruções sobre este grande ponto Nacional . » O proprio Mr. Grattan approvou o motivo desta dilação ; mas todavia insistiu na necessidade de aproveitar , a fim de conseguir á Irlanda as regalias de Paiz livre , a occasião de huma época , em que ella as podia requerer seguramente , por quanto a Nação Britanica não estava em circumstâncias de as recusar , soltando o freio ás suas preocupações . » Mas (acrescentou elle) » convém consultar o Gabinete da Nação Irlandesa . Se ella quizer levar a causa ao fim , e disser : Eu querer ser livre , certamente o ha de ser . » He muito provavel que no em tanto os apaixonados do Governo Ingles se aproveitarão desta preciosa demora , para se esquivarem a hum golpe tão decisivo ; e as diligencias , que tem feito no Parlamento , não tem sido baldadas .

No dia 3 de Março se festejou com alegrias públicas à noticia , que chegou do Real consenso dado ao Bill , que o Parlamento Britanico passou , concedendo á Irlanda hum Commercio livre com as Colonias da America , Indias Occidentaes , e costa da Africa . Disparou a artilheria do Parque ; a guarnição fez hum fogo de alegria , e o castello , e outros edificios públicos se illumináron , como tambem algumas casas particulares ; mas a prova mais segura do bom effeito , que este Bill produzio nos animos de parte da Nação , são as Representações , que as duas Camaras do Parlamento votáron nesta occasião .

Se com razão nos admira que a Camara dos Communs , que até agora mostrou tão pouca confiança nas intenções da Inglaterra para com a Irlanda , fosse a mais empenhada nesta occasião em mostrar huma segurança sem termo , e anticipar-se á Camara Alta neste ponto ; não he menos extraordinario que na primeira se aprovasse unanimemente a Representação , ao mesmo tempo que na Camara dos Nobres encontrou huma especie de oposição ; mas tambem he verdade que o periodo censurado mais vivamente , não se acha na Representação dos Communs . Mylord Caryfort disse : » Que elle consentia de muito boa vontade na primeira parte da Representação proposta pelo Duque de Leinster , bem que ainda faltava muito para

» se tirarem de todo os estorvos, que se tinhão posto ao *Commerceio da Irlanda*; mas que nunca subscreveria ao paragrafo, com que ella se terminava: pois continha huma confissão formal, de que actualmente existia na Irlanda hum espirito de facção, e motim; confissão contraria á verdade, e por outra parte muito imprudente na presente conjunctura, em que o Parlamento se via pela primeira vez interpretre da voz do Povo, cuja confiança certamente perdia com semelhante declaração. • Com effeito tendo a Representação, que foi apoiada pelo Chanceller, Arcebispo de *Cashel*, e outros Lords, sido aprovada pelo maior número de votos, Mylord *Carysfort* deu huma Protestação, que assinárao outros 7 Pares. O Duque de *Leinster* trabalhou por justificar a expressão, que elle tinha adoptado, sustentando que effectivamente havia em *Irlanda* pessoas inclinadas ao vāo espirito de partido, e que desviavão o Povo das occupações mais uteis da industria, e do trabalho. Conhecendo todavia quāo pouco compatíveis erāo semelhantes aſserções com o anterior comportamento, que lhe grangeāra a maior popularidade, desejou que o julgasse sempre animado do mesmo Patriotismo.

Ha poucos homens [ditse elle] *que conhecão o País melhor do que eu*; . . . e rematou: Eu, Mylords, sempre ferei o amigo do Públīco; mas inspirar-lhe inquietação, não he mostrar-lhe amizade. O successo mostará se são unicamente os affeções de hum moderado Patriotismo, os que incitárao Mylord *Leinster* a mudar de partido; ou se com justiça se deve imputar esta mudança de fortimentos a motivos menos decorosos, quaes sāo a promessa, que se lhe fez da ordem da *Jarreteira*, e do emprego de Director da Artilharia da *Irlanda*; como tambem pertendem que Mr. *Denis Daly*, Author da Representação dos Communs, será premiado com o emprego de Commitario Geral das Tropas; e que o que actualmente o possue, o Conde de *Shannon*, terá a certeza de huma pensão de 200 libr. sterl. para si, e para seus herdeiros.

No em tanto desde o outro dia, em que se ordenárao as Representações, chégārāo informações á Camara dos Communs, que parecem fazer muito duvidosa a sinceridade da Administração *Britanica* a respeito da *Irlanda*. Mr. *Hely Hutchinson*, Preboste do Collegio da Trindade nesta Capital, e Representante da Cidade de *Cork*, comunicou á Camara os avisos que tinha recebido, de que o Ministro do Rei na Corte de *Lisboa* tinha alli apresentado huma Memoria, que se dirigia a pedir a S. M. Fidelissima, que não permittisse nos scus pórtos a importação das Ians, ou Fabricas de lã da *Irlanda*, menos que se não estabelecesse neste ultimo Reino a mesma diferença entre a importação dos vinhos de *Portugal*, e a dos de *França*, que subsiste na *Inglaterra*. O negocio não teve por entāo outra consequencia mais do que algumas discussões ácerca do Tratado de *Lisboa*; e a Camara se separou até 11 de Abril por causa das ferias.

LONDRES. Continuação das notícias de 30 de Março.

A falta de influencia que o Primeiro Ministro experimentou no dia 13 na Camara dos Communs, tem merecido a attenção universal, maiormente porque isto parece ser effeito do desejo, que se tem feito geral na Nação, de conseguir a refórmā de muitos abusos da Administração. Se a maioridade de 16 votos, que teve o partido da oposiçāo na simples questão de huma eleição contestada, foi razão sufficiente para resolver o célebre *Roberto Walpole* a deixar o seu posto, passando á Camara dos Pares; não he de admirar que muitas pessoas esperem hoje semelhante procedimento da parte de Mylord *North*. Mr. *Temple Luttrell* suscitou contra este Ministro huma acção pecuial, accusando-o na Sessão de 6 de Março de maquinações illegaes, a fim de impedir na proxima dissolução do Parlamento a sua reeleição, como Membro por *Milbourne*. Entāo foi resolvido sobre a sua Proposta, que o negocio se levaria a 15 de Março, perante huma Depilação de toda a Camara; e que as Testemunhas, indicadas por Mr. *Luttrell*, serāo citadas para comparecerem nella: o que em fim teve effeito no mesmo dia, em que o Primeiro Ministro propez o plano dos subsídios (como dissemós.)

A casa do café chamada a *Jamaica*, chegou hum proprio vindo de *Palmouth* com a agradavel noticia de ter chegado salvo áquelle porto o navio *Fonseca*, Capitão *Harrow*, hum dos que se supunha perdidos da frota da *Jamaica*. A dita frota padecera huma grande tormenta na sua passagem, a qual a espalhou, e fez nella grande danno; espera-se todavia, que quando todos os navios se tiverem juntado, as suas perdas, e danos não sejam tamanhos, como se temeo no principio. Já entrárao alguns, que se davão por tomados; brevemente esperamos melhor, e mais alegre noticia desta importante frota.

Tem admirado a falta de noticias da guerra da *America*, e do verdadeiro destino das Tropas, que embarcarão em *Nova-York* em Dezembro passado. As ultimas noticias a este respeito são as que se lem em huma carta escrita de *Pool* de 22 de Março: na qual se diz, ter alli chegado o corsario *Dorsetshire*, que vem de *Nova-York*, donde sahio em 5 de Janeiro, e contar o seu Capitão Mr. *Greenhil*, que o General *Clinton* tinha sahido dalli em 23 de Dezembro com quasi 900 homens embarcados, dos quaes 600 hião para a *Carolina do Sul*, e o resto para as *Indias Occidentaes*: juntamente diz, que a frota fora accomettida de hum vento violento, que continuou por quatro dias, e foi obrigada a tornar a entrar no porto; mas que tinha depois tornado a navegar com bom tempo.

Contava-se tambem, quando elle sahia de *Nova-York*, que tinha embarcado hum destacamento de quasi 700 homens do Exercito de *Washington*, no rio *Elk*, mandado pelo Coronel *Squibb*, hum Official muito zeloso do partido *American*, e que se supunha que o dito embarque se destinava a reforçar o General *Lincoln*.

Pelas ultimas malas vindas de *Hollanda* chegarão avisos ao Almirantado, de que sabemos as seguintes particularidades: Que chegou a *Amsterdam* hum navio de *Santo Eustaquio*, pelo qual constava, que alii ao tempo que elle se preparava para se fazer à vela, se fallava de huma secreta expedição, que sahia da *Jamaica*; que ao tempo de sahir, tinha chegado outro navio, que deo a noticia, que as forças assima ditas, tinham ido contra a *Vera-Cruz*, a qual foi tomada, juntamente com muitos navios, que estavão no porto.

Dizem que se hão de embargar todos os navios, e baixeiis *Hollandeses*, que estiverem no rio, ou em algum dos portos de *Inglaterra*, no caso que o Ministerio de *Hollanda* não responda à Memoria, que lhe entregou Mr. *Joëe York*.

S. Malo 15 de Março.

Aqui se tem fretado muitas embarcações para a Armada do Conde de *Rochambeau*, por não bastarem para transportarem tamанho corpo de Tropas, os navios, que ha no porto de *Brest*. Ao mesmo tempo se recebeu ordem de mandar para *Brest* por terra toda a artilheria necessaria para este Exercito, e as munições competentes.

P A R I S 26 de Março.

Pelo Decreto, que manda regitrar o Edicto da prorrogação da segunda vintena, se viu, que o Parlamento reservou a si o apresentar a S. M. as súpplicas, que entendesse lhe devia fazer em nome do seu povo, nesta occasião. Em consequencia do que, tendo pedido a hora a S. M., a Deputação ordinaria, composta do Primeiro Presidente, e de dous Presidentes da Meza, passou a 4 a *Versailles*; e sendo admittida a Audiencia de S. M., que estava cercado de todos os seus Ministros, lhe fez o primeiro Presidente huma falla. *

M A D R I D 11 de Abril.

S. M. mandou expedir pelo Conde de *Florida Branca* huma carta dirigida ao Marquez *Gonzales de Castejon*, que contém a norma, com que se deve proceder a respeito dos navios neutrals, que pertenderem entrar no estreito; ou sahir delle, cuja carta se mandou imprimir, e comunicar a todos os Ministros Estrangeiros, para que elles a participem ás suas respectivas Cortes. Nos a publicaremos em hum Supplemento Extraordinario.

SEGUNDO SUPPLEMENTO

A'

GAZETA DE LISBOA

NUMERO XVI.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sabbado 22 de Abril 1780.

Fim da carta circular do Congresso Americano.

VIsto pois que nem dos nossos meios, nem dos nossos desejos de pagar a dívida politica se pôde disputar, seja o nosso comportamento conforme a esta confiança, salvemos o nosso credito destas imputações. Se a attenção dos Americanos tivesse estado sem cessar, fictada neste objecto; se os impostos se tivessem pago, e cobrado a tempo; se os emprestimos se fizessem quando convinha; se se tivessem promulgado Leis, e executado com todo rigor contra os que maquinavão diminuir o credito público; se todos estes, e outros meios igualmente necessarios se tivessem usado, e em si, a pezor de todas as diligencias, o valor da nossa moeda tivesse declinado até chegar ao ponto do actual abatimento, então seria com effeito deploravel a nossa situação: mas como estes meios se não tem posto em prática, nós podemos ainda fazer experientia do bom effeito, que elles devem naturalmente produzir. A nosfa antiga negligencia anima assim as nossas esperanças, e nos diz, que nós não devemos desesperar de destruir, por meio da vigilancia e applicação, o mal que o descuido e indolencia tem originado.

Já dissemos, que para acautelar para o futuro o natural decaimento dos nossos bilhetes, temos resolvido não lhe augmentar mais o número, e de vos pedir soccorros por via de impostos, e emprestimos; vós achais-vos em estado de suprir com elles, e sois a isto obrigados pelos vinculos mais fortes: assim não nos deixais sem socorros, e vacillando nesta multidão de males, que serão a consequencia de semelhante negligencia; este seria o successo mais grato aos vossos Inimigos; e elles se não pouparão nem a cuidados, nem a artificios, com que o possão conseguir. Estai pois acautelados, examinai bem a politica de cada huma das providencias, e a evidencia de cada hum dos rumores, que entre vós se espalharem, antes de adoptar as primeiras, ou dar credito aos segundos. Ponderai bem, que o que se vos pede, he o preço de vossa liberdade, paz, e segurança, tanto de vossos Descendentes, como de vós mesmos: aquella paz, aquella liberdade, aquella segurança, por cuja acquisição, e conservação vós tendes tão solemnemente declarado, que estais promptos a sacrificiar as vossas vidas, e os vossos bens. A guerra, posto que quasi chegada a hum feliz exito, ainda dura com todo o seu furor: temei o desdouro de deixar aos vossos Aliados todo o cuidado da vossa defensa. Pensai, que a esperança mais brilhante se pôde escurecer, e que manda a prudencia que nos disponhamos para todo o successo. Dai providencia pois em ter os vossos Exercitos em campo, até que a victoria, e a paz os tornem a recolher aos seus lares; e evitai a censura de ter deixado declinar nas vossas mesmas mãos, o valor da vossa moeda, ao mesmo tempo que cedendo huma parte, ou seja pelo meio dos emprestimos, ou dos tributos, lhes podcís conservar todo o seu credito. Tanto a humanidade, como a Justica o exigem de vós: certamente tem ferido os vossos ouvidos as lagrimas das viuvas desconsoladas, os clamores dos orfãos filinhos, cujo apoio, e confiança toda, entregue nas vossas mãos, acabou para elles; temei que aquellas lagrimas, e aquelles gemidos se não aumentem: despertai, fazei os esforços mais utcis a esse Paiz: accendei de novo aquelle fogo de Patriotismo, que

ao ouvir os nomes de abatimento ; e de escravidão , brilhou de repente em toda a America , e inflamou todos os seus Cidadãos.

Resolvi-vos de huma vez a dar fim á contestação , como a tendes começado , honrada , e gloriosamente : não soffrais que se diga , que a America apenas se viu *Independente* , fez logo huma quebra ; e que a sua gloria ainda no berço , e a sua reputação , que mal começava a estender-se , se virão eclipsadas , e manchadas pela violação dos seus contratos , e da sua fé , no mesmo momento , em que todas as Nações da terra admiravão , e em certo modo adoravão o esplendor da sua infancia . Por ordem unanime do Congresso . *Filadelfia* em 13 de Setembro de 1779. [Assinado] John Jay Presidente.

Carta do Conde de Florida Blanca , Ministro de S. Magestade Catholica , escrita ao Conde de Rechteren , Inviado Extraordinario dos Estados-Geraes das Provincias-Unidas na Corte de Madrid.

Meu Senhor. V. me lembra no officio , que me apresentou a 28 do mez passado , as reclamações , que tem feito dos navios *Hollandezes* por nome a *Concordia* , a *Liberdade* , e a *Boa Esperança* , acrescentando » que não obstante estas reclamações , os fôrmos bêditos navios ainda estavão detidos em *Cadis* ; e que as suas cargas se tinhão vendido por preço muito baixo . » Sobre este ponto passa V. logo a expôr : Que o destino destes navios não teria parecido suspeito , se se examinassem legalmente os papeis que elles tinhão a bordo , maiormente pelo terem assim declarado a S. A. P. pessoas das primeiras casas de *Commercio* de *Amsterdam* : Que esta detenção não pôde ser considerada senão como huma injustiça , e infracção dos Tratados , e a venda violenta das suas cargas como huma vexação : » Exige V. no tim do dito officio , que se passem ordens para a prompta entrega dos ditos navios , restituição do produto das suas respectivas cargas , e resarcimento das despezas , e mais danos , e lucros cessantes , que lhes tem sido occasionados . »

Trabalhando por evitar , quanto he possível , a repetição das razões , que já tenho exposto a V. , em resposta ás precedentes Memorias , que me tem apresentado em semelhantes casos , responderei tão succinta , como cathegoricamente : Que não ha prezas feitas pela Marinha *Hespanhola* , cuja detenção , ou declaração de boa preza não tenhão sido authorizadas , e justificadas pelos Tratados , Leis , e Ordenações , tanto por causa de duplidade , e falsidade dos papeis de mar , que tinhão a bordo , como da variação , que se conhecia no seu conteúdo , e tambem das declarações dadas pela sua mesma marinhagem : Que o que resolvo a S. M. a entregar muitas destas prezas , foi meramente a sua escrupulosa equidade , e os motivos da sua amizade : Que se algumas das partes interessadas se não derão por plenamente satisfeitas das determinações dos Oficiaes subdelegados da Marinha , sempre se lhes deixou , e deixará livre o recurso aos Tribunaes supremos de Justiça , aos quaes se tem ordenado que oução os interessados , e procedão em tudo na conformidade dos Tratados , que subsistem com a Republica , e mais Potencias , e que se observão religiosamente , sem que até ao presente se pudessem comprovar as injustiças , e infracções , de que V. se queixa no sobreditó officio : Que precisamente pelo jurídico exame dos papeis dos navios tomados , he que se tem reconhecidó as nullidades ; que tem justificado as suspeitas , pelas quaes se julgou autorizada a sua detenção ; e que depois tem obrigado a seguir juridicamente os Processos , que , segundo as regras estabelecidas , e ordens positivas de S. M. se expedem com a possível promptidão : Que , ainda quando fossem bem fundadas as informações , e protestações dos Proprietarios d'Amsterdam , quando dão a entender que o dellino destes navios não era suspeito , a experiençia tem demonstrado , e confirmado , que os Patrões ; ou Capitães os conduzem á Praça bloqueada de *Gibraltar* , contra a vontade dos mesmos donos , pretextando para disfarçar a sua derrota , ou entrada na dita Bahia , motivos apparentes , mas que não deixão de mostrar sempre os seus designios culpaveis : Que bem sóra de se fazer injúria aos Pro-

prictarios na venda das cargas, se lhes procurou huma grande vantagem, pois que elles constavão de comestiveis sujeitos a avaria [se he que já a não tinhão] no caso que se deixassem a bordo, ou mettidos em armazens: Que estas cargas se vendêrão, segundo o pé actual, e preço corrente dos viveres, nos sítios, onde se fez a venda; e que como nas circumstancias presentes os comestiveis se vendem muito caros, a queixa do baixo preço, por que dizem que forão obrigados a largallos, he sem nenhum fundamento: ultimamente, que, se logo depois do fim do Processo se embolçárão os Proprietarios do produto destas vendas, sem se lhes acrescentar resarcimento pelas demoras, he porque se lhes não devia, vista a justa causa da detenção dos navios; e que no caso que os Proprietarios se persuadão que se lhes devem semelhantes resarcimentos, eu torno a repetir a V., que sempre acharão franco o meio da appellação para os Tribunais superiores do Almirantado, unidos aqui ao Conselho Supremo da Guerra, a quem pertence a decisão de taes negocios. Logo os interessados importunão sem razão a V. com clamores vagos de injustiça, sem recearem o comprometter a representação do Ministerio de V., sugerindo-lhe queixas destituídas de provas exactas, e solidas, que as façao dignas de huma sentença definitiva, e favoravel.

Mas se por outra parte V. recorre á clemencia do Rei, a fim de que S. M. modere o rigor da justiça em alguns casos particulares, o melhor meio será o de reconhecer esta mesma justiça, e recommendar-se á magnanimidade de S. M., á sua amizade para com os Estados-Geraes das Provincias Unidas. Então seguirão as Representações de V. como regra, a razão, e as provas da amizade dadas por S. A. P., e anunciadas no Edicto, de que V. faz menção. Em virtude destas mesmas provas de amizade dadas por S. A. P., he que S. M. tem resolvido passar ordens, para que se guarde toda a attenção com os navios da Républica: com tanto todavia, que elles não abusem da sua condescendencia. Tenho a honra, &c.

*Preambulo da Declaração de S. M. Christianissima a respeito da Taille, **
e Capitação.

UIZ, &c. Estudando a natureza, e as circumstancias dos diferentes impostos, que gravão os nossos povos, merece a nossa particular attenção a Taille, e Capitação: e não podemos ver sem desgosto, que este tributo da parte menos abastada dos nossos Vassallos tinha todavia crescido em proporção maior do que a dos mais impostos. Occupados em indagar a causa disto, não podemos disfarçar que tendo a fórmula praticada até agora para o aumento da Taille, e seus accessórios, feita com que este imposto fosse o recurso mais prompto, e facil, a elle recorreu sempre com preferencia a Administração da Fazenda: bem que outros muitos terião sido menos onerosos a nossos povos, e menos contrários á prosperidade do reino. Muitas vezes desta mesma facilidade se tem originado projectos de despezas nas Províncias, cuja utilidade não era assás demonstrada; e o segundo Alvará da Taille cresceu sucessivamente imperceptivelmente, sem que os povos, sentindo o aumento do seu gravamen, fôssem alliviados, ou por aquelles grandes melhoramentos, que produzem novos meios de riquezas, ou por aquellas nobres emprezas, que dilatão a gloria de seu Soberano, e o lustre da sua Patria: Que todavia os fintados, já atormentados com as variações annexas á repartição individual da Taille, se vião ainda annualmente expostos a estes inesperados accréscimos, que provém das necessidades mais, ou menos passageiras da Fazenda Real. O que supposto, nenhuma Lei podia ser de tamanha importancia á parte mais numerosa dos nossos Vassallos, como aquela, que regulando por hum modo invariavel o importe da Taille, e da Capitação em cada huma das Províncias, sujeitasse toda a casta de aumento as fórmulas, que são necessarias para todos os mais impostos, a fim de que, se em algum tempo

* Hum dos principaes impostos da França.

po a Administração da Fazenda Real tiver que nos propôr contribuições novas para as necessidades do Estado, nunca se regule na sua escolha por motivos estranhos ao bem dos nossos povos.

Executando este Plano de beneficência, tomamos por fundamento, para fixar com certeza a Taille, e Capitação em cada Província, os impostos de 1780; porque não obstante a guerra, são os mesmos de 1779, e acharemos na diminuição sucessiva de algumas despezas, actualmente comprehendidas no segundo Alvará de Taille, o resarcimento das do mesmo gênero, a que seremos obrigados a acudir.

Como quer que seja, nós declaramos, que não queremos para o futuro que a determinação dos impostos possa ser mudada, senão por Lei registrada nos nossos Tribunais; e para este fim mandaremos depôr cada anno nos Cartorios das nossas Contadorias, e Tribunais dos Subsídios, huma expedição do Alvará Geral da Taille, e da Capitação, para que se possa seguir facilmente, e reconhecer constantemente a fiel execução da nossa vontade.

Queremos todavia que a porção destes impostos, destinada a particulares objectos, se lhe applique sempre, e que se dê como antes, huma conta distinta ás nossas Contadorias. Nós continuaremos por outra parte em acudir a cada huma das Províncias, ou seja com a diminuição local, e parcial, com o nome de *menos imposto*, ou com fundos destinados ás emprezas caritativas.

Retervamo para nós o examinar algum dia com a nossa prudencia, se as proporções da Taille, e Capitação, estabelecidas entre as diferentes Províncias, são as mais adaptadas á sua respectiva riqueza. Mas se este cuidado nos obrigar em algum tempo a fazer alguma mudança na repartição destes impostos, nós a ordenaremos por Lei semelhante a esta, a fim de que sejão sempre manifestos os nossos motivos; e neste mesmo ponto de vista foi que conhecemos a vantagem de determinar em cada Província a importancia da Taille, e Capitação, por hum modo authentico. Igualmente conhecemos ser indispensável este Preliminar, suposta a tençao, em que nos achámos de trabalhar pela paz, e ventura dos nossos povos, e boa ordem dos subsídios, e outros impostos. Porque, se procurando esta simplicidade, e a uniformidade, tão necessarias para a prosperidade das Reaes rendas, eramos obrigados a estabelecer certa balança, e compensações, ou seja aumentando, ou diminuindo em algumas Províncias os impostos territoriaes, e pessoas, como poderiamos dár ás nossas disposições aquelle evidente carácter de justiça, de que somos zelosos, se a Taille, e Capitação, esta parte essencial dos impostos da campanha, estivessem, como estão presentemente, dependentes de huma arbitrarria, e variavel determinação? Como estabeleceríamos nós entre suspeitas, e obscuridade hum sistema de beneficencia, que só se deve firmar na persuasão, e na confiança?

Longe pois de nós este receio da luz, e da verdade, e sobre tudo a menor desconfiança de dirigir ás nossas Leis da fazenda Real aos registros dos nossos Tribunais! Como se o socorro dos seus pareceres, e a vigilancia do seu zelo nos pudesse já mais ser inuteis, ou indiferentes! ou como se isto pudesse servir de obstaculo á execução da nossa vontade, na occasião, em que ella estivesse sufficientemente illustrada! Pelo que sem a menor inquietação, antes com pura satisfação nossa, fazemos hoje huma Declaração conforme a estes principios; e testemunhando aos nossos Tribunais a nossa confiança, damos a nossos fieis Vassallos huma sensivel prova do cuidado, que tomamos da sua tranquillidade, e ventura. Por estas causas, &c.

SUPPLEMENTO EXTRAORDINARIO

GAZETA DE LISBOA

A^o

NUMERO XVII.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sabbado 22 de Abril 1780.

Carta do Conde de Florida Blanca ao Marquez Gonçales de Castejos Ministro da Marinha.

EXCELLENTISSIMO SENHOR

Desde que teve principio a presente guerra com a Grande-Bretanha, declarou o Rei sinceraamente, e talvez sem exemplo, a intenção que tinha de bloquear a Praça de Gibraltar, sendo eu encarregado de dar formaes avisos a todos os Embaixadores, e Ministros Estrangeiros, a fim de que pudessem instruir aos seus respectivos Nacionaes, para que na sua navegação, e comportamento evitassem as consequencias, e procedimentos autorizados pelo Direito das gentes, e Leis geraes da guerra. Declarou igualmente S. M. nas suas Ordebações do Corso publicadas perante todo o Mundo, que a respeito das mercadorias, frutos, e effeitos Ingleses, carregados em embarcações de bandeira amiga, ou neutral, se procederia pelo mesmo theor, que praticassem com as de igual classe os mesmos Ingleses, para com este reciproco comportamento evitar a enorme desigualdade, prejuizo, e ainda ruina, que padeceria o Commercio, e os Vassallos de S. M.

A pezar de providencias tão cheias de equidade, franqueza, e boa fé, não tem deixado os Capitães, e Patrões das embarcações neutras de abusarem descaradamente da immunidade da sua bandeira, já introduzindo-se a furto em Gibraltar com viveres, até dos mesmos, que erinhão destinados para as Armadas, e Exercitos de S. M.; já levando alguns econdida muita parte da sua carga, que constava de polvora, e outros effeitos de contrabando. Ora fingindo com papeis duplicados, e simulados, que lançarão ao mar, no caso de serem perseguidos, o senhor dos navios, e dos effeitos, e o seu destino a pessoas, e lugares diferentes do que erão na realidade os a que se dirigião, e a quem pertenciam. Outras vezes fazendo resistencia formal aos navios da Coroa, ou seus corsarios, quando pretendiam reconhecer alguns navios, que se representavão neutraes. Sem embargo porém de serem notorios todos estes factos, e de se acharem justificados em processos formaes, tem estas pessoas cubicolas, e mal intencionadas espalhado por toda a Europa o rumor dos seus clamores, fingindo falsamente que se tem mandado deter, e aprezar todas as embarcações neutraes, que quizessem passar pelo Estreito, quando na realidade esta detensão se tem limitado ás embarcações de suspeita pelo seu rumo, ou papeis, as quaes fossem carregadas de viveres, ou effeitos inimigos, sendo esta moderação bem differente do comportamento da Marinha, e corso Ingles, que tem detido, e julgado boa prezaz, os baixeijs neutros, não sómente quando se lhes achavão generos Hispanhoes, mas, quaesquer outros, que tivessem sido carregados nos portos de Hispanha, ou encaminhados meramente a esta Peninsula, levando além disto á mesma Praça de Gibraltar, como aprezadas, as embarcações neutraes, que passavão á vista della carregadas, com viveres, bem que tudo isto fosse pura simulação, e conluio armado entre os interessados nestas fraudes.

Com aquelles clamores se tem dado ao Rei muitas queixas em diferentes recursos, cheios das citadas ponderações, e falsidades, e pelo mesmo theor se dirigiu-

raõ os recorrentes ás suas respectivas Cortes, sem fazerem menção de que, conforme a todos os Tratados de Paz, e Commercio, estavão patentes, e abertos os Regios Tribunaes da Marinha, ou Almirantado inferiores, e superiores para ouvir as provas, e defensas, sentenciar os processos formados, e resarcir os prejuizos, que em hum, ou outro caso tivessem padecido, sem bastante razão, as embarcações detidas, posto que até agora se não tenha verificado legitimamente este ponto; porém toda a pertençāo dos Capitães, e Patrões tem sido, que sem mais provas do que as suas relações, e recursos dirigidos a este Ministerio, se lhes puzessem em liberdade, ou se lhes abonassem as detenções, e demoras; e isto sómente porque a clemencia de S. M., a equidade, e ainda a condescendencia encarregada aos Tribunaes da Marinha, tem deixado livres muitas embarcações, que justamente foram detidas, e podião ser declaradas boa preza, segundo está regulado na Ordenação, e conforme praticão nossos Inimigos, dissimulando-se neste caso os vicios mui substanciaes dos seus papeis, e as violentas suspeitas de outros.

Para desvanecer até as sombras dos recursos, preveni por ordem de S. M. ao Conde de Rechteren, Ministro de Hollanda, e a outros de Cortes Estrangeiras, de que propondo-se meios de evitar suspeitas, e fraudes, adoptaria S. M. os que fossem capazes de produzir este efecto, para dar huma prova mais da boa correspondencia, e amizade, que deseja conservar com as ditas Cortes; e como até agora se lhe não tenhão proposto, nem regulado taes meios, tem parecido a S. M. tomar por si as providencias, que correspondem á sua Soberania, reunindo nesta ordem a substancia das que tem até agora comunicado, e declarando mais positivamente, se he possível, as suas intenções tão cheias de justiça, equidade, e moderação, como fundadas sobre a firme resolução de as fazer observar exactamente.

1 Por tanto em consequencia de tudo isto, manda S. M. que ás embarcações de bandeira, ou pavilhão neutral, que forem a passar o Estreito, ou venhão da parte do Oceano, ou da do Mediterraneo, não se lhes moleste, ou embarace a sua navegação, ou destino, todas as vezes que navegarem prolongadas pela costa d'Africa, e longe da Europa, por todo o seu transito, desde a entrada até á saída; com tanto que levem os seus papeis, e carga na forma devida, e não dem motivo a suspeitas bem fundadas com a fuga, ou resistencia: com variarem de rumo, ou com outros sinaes de correspondencia, que se reconheçāo na Praça, ou navios inimigos.

2 Quando as sobreditas embarcações de bandeira neutral levarem a sua carga, ou forem destinadas para os portos, ou surgidouros da costa de Hespanha no Estreito, quaes são Algeciras, e Tarifa, deverão atravessar-se sobre as gaveas, e esperar qualquer baixel Hespanhol, que dirigindo-se a ellas, as chamar com hum tiro; e declarando-lhe o seu destino, as comboiará o dito baixel, ou tomará a providencia, que for conveniente, conforme o tempo, prevenindo-as do modo de chegar com a maior brevidade sem perigo, nem suspeitas ao dito seu destino; ao que se devem conformar.

3 Se os baixeiros Hespanhóes, que cruzão no Estreito, sua entrada, e saída, segundo o seu estado, tempo, lugar, e ordens, com que se acharem, tiverem por conveniente comboiar as embarcações neutraes, que passarem o mesmo Estreito, ainda aquellas, que devem navegar costeando a Africa, serão as ditas embarcações obrigadas a aceitar o comboio, sem lhe resistir, separar-se delle, nem dar motivo de suspeita: porém como podem chegar em grande número, e horas distintas, pelo que seria prejudicial a elles mesmas o demorallas para formar comboios, e dificuloso escoltar cada huma de per si, poderão, conforme o Artigo I.^o, tomar o rumo da costa d'Africa, e segui-lo, até que algum dos navios Hespanhóes, que cruza, ou estiver postado no Estreito, se lhe apresente para as comboiar por fôra da Praça inimiga, sua frente, ou circumferencia, para cujo fim se demorará, como fica

dito, sendo chamadas, e se conformarão com as outras prevenções, que por precaução se fizerem, exhibindo os seus papeis, consentindo sem dificuldade, nem resistência em tudo quanto está autorizado pelos Tratados, e costume universal das Nações, para se certificarem da qualidade da embarcação, seus legítimos despachos, cargas, e destino.

4 Se as ditas embarcações, com apparencias de neutraes, sahirem dos portos, e surgidouros, que estão situados na mesma costa d'Africa, no Estreito, sua entrada, e saída, serão reconhecidas, e se procederá contra elles, conforme a carga, e suspeitas, que se acharem de que vão a socorrer Gibraltar, visto que todas quantas tem saído daquelles sítios para o dito socorro, tem usado, ou abusado para este fim da bandeira neutral.

5 Quando as embarcações de bandeira neutral se não conformarem com as antecedentes prevenções, ou com alguma delas nos seus casos respectivos, serão detidas, levadas aos portos, e declaradas boa preza com todos os seus petrechos, e carga, sómente pelo facto de conduzirem quaequer viveres, ou outros efeitos dos que são apontados no Artigo 15 da Real Ordenação de Corso do 1º de Julho de 1779, sem ser necessaria mais justificação: e no caso de não conduzir causa alguma das referidas, se averiguará em processo formal o motivo da contravenção, e extravio, e se dará conta a S. M. pela Secretaria de Estado, e despacho da Marinha, por onde se comunicará a Real Resolução.

6 Se além da contravenção se houver verificado o entrar na Praça algumas das embarcações, que usarem bandeira neutral, ou se alcançar no rumo que tomar para ella, sem esperar atravessada que a Hespanhola a figa, e chame com huma peça, extraviando-se da costa d'Africa, ou dos comboios, se tratará em tudo como embarcação inimiga á sua entrada, ou á sua saída, conforme as Leis da guerra, considerando-a como boa preza, leve a carga que levar, e como verdadeiros prisioneiros a sua tripulação, ou equipagem, para cujo fim em tal caso se devem julgar a bandeira, e despachos falsos, ou simulados, e que a embarcação, sua carga, e armamento são de Inimigos, ou estão adiados ao seu serviço, bem que debaixo de simulação, ou pretexto de outra bandeira, passaporte, e Nação.

7 As embarcações de bandeira neutral, que forem visitadas, ou reconhecidas por navios da Coroa, ou corsarios, em outros mares, e costas do Oceano, e Mediterraneo, que não sejam vizinhas ao Estreito de Gibraltar, não se deterão, nem serão conduzidos aos portos, senão nos casos que o permitem as Reaes Ordenanças de Corso do 1º de Julho de 1779: nem se fará aos Capitães, e Patrões a menor molestia, nem vexação, nem se lhes tomará causa alguma, por pequena que seja, debaixo das penas das mesmas Ordenações, e de se estender o castigo, na conformidade do Artigo 19 das mesmas, até a pena de morte, quando assim o pedir o caso.

8 Se as embarcações detidas pela Marinha Real, ou corsarios, lançarem papeis ao mar, e isto se provar conforme a Direito, serão sómente por este facto declaradas boa preza; e deste modo se deve entender o Artigo 16, e outros da Real Ordenança de Corso, que tratão desta materia.

9 Quando nas embarcações detidas se pertendesse que haja fazendas de Inimigos, sempre que assim o declararem voluntariamente os Capitães, e Patrões, se fará a sua baldeação, e se lhes pagará o seu frete, sem serem detidas, nem se lhes embaraçar a sua navegação, se isto se puder fazer sem se aventurarem as embarcações com a baldeação, dando-lhes o Capitão, que determinar a dita baldeação, hum recibo dos efeitos que transferir, do seu estado, e dá importancia do seu frete, até ao sitio do seu destino, cujo ajuste verá; pois ha de constar dos despachos da carga, e obrigação de os conduzir, para que no primeiro Porto, onde chegam, se lhes satisfaça pelo Ministro da Marinha, avisando pela via reservada, pa-

ra que sendo corsário, lhe satisfação os armadores ; e se for pôr navio de guerra, para se darem as providencias que forem convenientes. No caso de ser necessário conduzir semelhantes embarcações a algum Porto para alli se descarregarem, se estenderá o abono do frete aos dias que se gastarem na descarga, e forem absolutamente necessários, para que as embarcações voltem a seguir a sua viagem. Porém no caso que semelhantes Capitães, e Patrões occultem, ou neguem que pertençam a Inimigos as fazendas, se formará processo, substanciará, e determinará nos Tribunais da Marinha, com appellações para o Conselho de Guerra, declarando boa preza os ditos efeitos, conforme o que se pratica nos Tribunais Ingleses, sempre que, conforme a Direito, constar ser de Inimigos, sem se lhes abonarem fretes, nem demoras, quando ha negativa, ou ocultação, e são os Capitães a causa da detenção.

10 Se nestes, e outros casos forem detidas as embarcações de amigos, ou neutras, e conduzidas a Portos diferentes do seu destino, contra as regras expressadas, e sem haverem dado justa causa para isso pelos seus rumos, papéis, resistências, fugas suspeitas, qualidade de sua carga, e mais razões legítimas, fundadas em Tratados, e costume geral das Nações, serão condenados os corsários, que causarem a detenção, a pagarem as demoras, e todos os danos, e prejuizos, e custas causadas á embarcação detida, cuja condenação, ou absolvição se fará nas mesmas sentenças, em que se fizerem as declarações de boa, ou má preza, procedendo com a maior brevidade, e nos termos privilegiados, e sumários, que pede a natureza de tais causas, executando-se debaixo de fiança as determinações, ou sejam de absolvição, ou de condenação, como está prevenido a favor do corso, sem prejuizo das appellações ; e se as embarcações, que houverem causado o prejuizo, forem da Círoa, darão imediatamente conta ás Juntas, ou Juizes da Marinha, com a justificação, e consultarão pela Secretaria da repartição de V. E., para que S. M. resolva o resarcimento, e o mais, que for justo para se evitar, e emendar o dano ; e por este theor se deve entender o Artigo 4º, e os que se seguem da Real Ordemação ultima do mesmo corso.

11 As vendas das prezas, e dos seus efeitos, de que tratão os Artigos 37º, 44º, e outros da Real Ordemação, se farão não sómente precedendo inventários, e em presença dos Capitães, ou interessados, ou dos que delles tiverem legítimos poderes : mas também executando antes a formal avaliação por Louvados, pela qual se justifiquem os motivos de avaria, ou outros, que possa haver para os preços, seu aumento, ou rebate, de modo que em todo o tempo conste do presuposto do valor, sobre que se procedeo nas vendas, e a fraude, ou lesão, que dellas pôde resultar.

12 Sendo pois a intenção de S. M., que se observe esta Real declaração, como parte das suas Ordenações, e que se imprima, e publique em todos os seus Pórtos, e Praças Marítimas, me manda comunicalla a V. E., para que expeça as ordens a este fim ; e cuide na sua observância em todas as suas partes : na inteligencia de que pela minha se comunicará a todos os Embaixadores, e Ministros Estrangeiros Residentes nesta Corte, para que possão participalla a seus respectivos Nacionaes.

13 No em tanto encarrega S. M. a V. E. passe tambem ordens ás Juntas, e Tribunais de Marinha, para que despachem com a possível brevidade os processos pendentes sobre embarcações detidas, conformando-se á mente desta Real declaração, que em substancia lhe conforme ás anteriores, expedidas em diferentes tempos.

Deus guarde a V. E. muitos annos, como desejo. Pardo a 13 de Março de 1780.
o Conde de Florida Blanca. Senhor Marquez Gonçales de Casteljon.

Num. 17.

GAZETA
Com Privilegio



DE LISBOA
de Sua Magestade.

Terça feira 25 de Abril 1780.

R O M A 11 de Março.

O Arquiduque *Fernando*, Governador General da *Lombardia Austriaca*, e a Arquiduqueza sua Esposa, partitão de *Napoles* a 4 deste mez, e chegárão aqui na noite de 5, vindo pelo novo caminho, que se fez por sima dos Pantanos *Pontinos*. Depois da sua chegada he que souberão da morte do Duque de *Modena*, Avô da Arquiduqueza, por cuja causa tomárão tres dias de nojo; e acabados elle, começárão a frequentar as Assembleas publicas. Dizem que o Duque desunto deixou á Princeza *Melzi* huma pensão de 600 sequins em quanto ella viver, como tambem o uso-fructo do que possuia em *Varese*, em que entra tambem o do magnifico Palacio, que tem naquelle sitio, das suas joias, e baixela de prata. G E N O V A 25 de Março.

Aqui se publicou hum bando, pelo qual se regula o valor, por que deve correr a moeda, assim de ouro, como de prata, ou seja nacional, ou estrangeira, com huma tarifa do valor individual de cada huma dellas, que antes, por hum abuso, que se tinha introduzido, era arbitrario, e não se conformava ás tarifas feitas em varios tempos pelos supremos Tribunais.

Escrevem de *Modena*, que o seu novo Soberano na festividade da sua exaltação ao Throno, concedera perdão a todos os desertores militares [menos ás Guardas de *Corpus*] e a todos os que andassem fugidos por terem ferido alguém em pendencias, exceptuando se elles mesmos fossem autores dellas, usassem de armas prohibidas, matassem, ou causassem mutilação grave. Que tambem perdoou aos contrabandistas, com tanto que se recolhão no termo de hum anno.

D U B L I N 11 de Março.

A mudança tão repentina, que se tem observado na disposição dos animos em ambas as Camaras do Parlamento, não tem deixado de desafiar a indagação dos que sabem que poucos corações tem temperamento tão rijo, que possam resistir aos attractivos do interesse, ou ambição. Lembrão-se que Mr. *Hussey-Burgle* abandonou o partido Patriotico, tanto que foi nomeado Advogado da Coroa; mas que na presente Sessão o tornou a abraçar de novo, e segurão que o Governo conseguirá outra vez separallo delle, com a condição de lhe dar huma pensão de 300 libras esterl., e com a esperança do emprego de Lord, Primeiro Magistrado do Tribunal do Banco do Rey, que actualmente serve Lord *Annaly*. Pertendem mais que além do Duque de *Leinster*, o Ministerio tinha ganhado outro Pat do partido patriotico com a promessa do emprego de Protonotario para seu filho.

He provavel que os negocios de *Irlan-*
da se demorem ainda algumas semanas indecisos, isto he, até tornarem a ajuntar-se os Communs no meado de Abril, e se espera esta época com a maior impaciencia, por quanto qualquer que seja a alteração que tenha havido nas disposições das Camaras, o Povo mostra estar na firme tenção de se constituir absolutamente independente da legislação Britanica.

Ajustadas as instruções para os Representantes do Parlamento, congratulou Mr. *Tandy* a Assemblea.

A prova mais convincente do que se deve esperar da resolução do povo *Irlan-*
da, no caso que encontre resistencia, he o que sucedeu em 23 de Fevereiro. Junta-
ráo-se na Praça tres Corpos de Volun-
tarios: os de *Dublin* mandado pelo Coro-

nel João Allani; os da Liberdade por Mr. Duarte Newenham: e o Corpo dos Outives por Mr. Taylor, donde passarão com hum rodeio de quasi 4 milhas, acompanhados dos voluntarios de cavallo, ao Parque Fenis, onde estavão mais outros 5 Corpos de Voluntarios guardando os caminhos. Ainda que o tempo fosse pouco favoravel, fizerão as evoluções, e fogos com tal celeridade, e exactidão, como as Tropas regulares, por mais de 7 horas. O Duque de Leinster lhes passou mostra como General em Chefe, acompanhado de 4 Ajudantes d'Ordens, e de hum Escudeiro, e a este Fidalgo se fizerão honras militares quasi iguas ás que se farião ao Soberano. Mas pouco faltou para que esta scena, até aqui tranquilla, não se remataisse com hum functo incidente. Ao voltarem da revista, encontráron os Voluntarios em Barrack Street hum destacamento das Tropas Reaes, que marchavão para o Castello: pertenderão estas ultimas que os Voluntarios lhe cedessem a passagem, e intentáron bagalhar-lhe as fileiras de galope: mas os Voluntarios calando as bauetas, fizerão firme, e mostráron tal confiancia, que o Commandante das Tropas mandou fazer alto. Mandou-se dar parte ao Duque de Leinster, e entrou-se em consequencia. Pertendia o Corpo regular que se lhe desse o melhor lugar, como a Tropas Reaes; e os Voluntarios se julgavão autorizados para o conservar, como Cidadãos livres, armados voluntariamente para defensa da sua Patria, e consequentemente superiores a Mercenarios, e sustentáron estas razões com mostras de se formarem em batalha. O Povo se declarou pelos voluntarios, dispondo-se a lançar sobre as Tropas huma chuva de pedras, e que as forçou a ceder, e atalhar huma bulha sanguinolenta. No dia seguinte mandaram os Voluntarios ao Vice-Rei huma especie de desculpa: mas ordenada por theor, que justificasse o seu comportamento com o motivo de manter a dignidade da independencia, e liberdade Nacional.

LONDRES.
Continuação das notícias do 30 de Março.
Na Camara dos Comuns se passou no dia 15 o Bil para se tomarem 12 milhões

emprestados, e 480 mil libras esterlinas por via de sortes públicas. No mesmo dia expôz o primeiro Ministro o Plano da taxação para se pagarem os juros deste empréstimo, o que se praticou com as seguintes circumstancias.

Tendo no principio da Sessão Mr. T. Luttrell desejado que a Camara decidisse, se não devia ter então lugar, segundo a ordem do dia, a sua accusação contra Lord North, antes de se proceder ao plano dos impostos, deo noticia de que tinha sete, ou oito testemunhas promptas, e que esperavão serem admittidas para formarem a sua prova, e lhes seria de grande incommodo a demora por terem vindo de grande distancia.

No mesmo tempo, em que elle fallava, entrou Lord North, ao qual se dirigio Mr. T. Luttrell, conjurando-o para se lavar primeiro da grave accusação formada contra elle, e proceder depois ao establecimento dos impostos com animo mais desassogado. Lord North replicou, que os impostos erão muito mais pesada carga para o seu animo, do que a mesma accusação: estando alias certo da sua inocencia: Por tanto requereu ao dito Membro que o deixasse desembaraçar dos impostos, e lhe prometteu que depois, ainda que fosse tarde, daria lugar à accusação. Formando-se em consequencia a Camara em Deputação para se deliberar sobre os meios do subsidio, começo Mylord North a tratar esta materia, depontando a necessidade, em que se achava de propor novo plano para aumentar o onus dos tributos públicos; e dizendo, que de quantas emprezas se tinha visto encargado durante o seu laborioso Ministerio, a mais desgradável para elle era o que tinha que executar naquelle dia.

Que elle era o primeiro, a quem magrava (ou ser) isto necessário, e que esperava que os Membros da Camara lhe não aumentassem o disababor, que para elle já era extremo, ocupando-se em declamações esculpidas, e em ataques pessoais, sempre injustos, mas ainda menos a propósito, quando se lidava em acudir a necessidades indispensaveis da Nação. «Hum Membro, acrescenta elle, [este foi Mr.

Har-

Hartley] » já tomou a liberdade de dizer, » antes que se entrasse a deliberar : Que » eu fui quem pôz o Reino na presente situa- » ção : que por culpas minhas se viu o povo » opprimido com tal peso de impostas. Nada » responderei por miúdo à esta accusação. » Contentar-me hei com dizer que os plan- » nos, em que eu tive parte como Mem- » bro do Ministerio, e que as Resoluções, » em que votei com o maior número des- » ta Camara, e como hum dos Membros » della, não tiverão outro objecto mais do » que o de defender os direitos, intere- » ses, e decôrdo da Nação. Sendo estes os » motivos que me resolvêrão, não sinto » em mim, olhando para os esforços, que » o espirito de facção põe em me desfa- » ditar, outro movimento senão o do des- » prezo. **Reconheço a minha propria inno-** » **cencia**, e ou se proponha hum regular » exame das todas as minhas acções, ou » se arme contra mim alguma accusação » especifica, estou mui seguro na justiça » da minha Patria para deixar de acceptar » com contentamento qualquer destes par- » tidos: no em tanto peço que se suspen- » dão as exprebrações ao menos por hoje: » a materia da taxação he tão importante » por si mesma, que não se lhe podem » misturar discussões estranhas ao ponto.

Depois deste exordio, que parece mos- » trar inquietação por causa do progresso da » *Opposição*, principalmente por lhe terém » faltado os Membros das Províncias, (ou » Country-Membros) que até agora forão o ar- » rimo fiel do Ministerio, expoz Mylord North o seu projecto de nova taxação, » confessando que estes impostos não serião » muito populares, mas que a sua renda seria » tanto mais certa: deo por extenso as ra- » zões, que o resolvêrão a cada hum dos tri- » butos; mas deixando esta exposição, que » seria muito extensa, poremos sómente a » lista destes novos impostos, seguindo o mes- » mo cálculo do Ministro.

Novo Direito sobre o grão, de que » se faz a cerveja, 6 soldos por alqueire, » que pagará os particulares, avaliado » em 310 000 lib. st. » Vinhos ordinários 1 sol- » do por medida [Gal- » lon] 20 000 lib. st.

330 000 lib. st.

Agua ardente 1 chelim	330 000 lib. st.
por Galton	34 000 lib. st.
Agua ardente de cana 1	35 000 lib. st.
chelim por Galton	35 000 lib. st.
Vinhos Estrangeiros de	
Portugal 4 lib. por	
tonel, e de França 8	
lib. por tonel	72 000 lib. st.
Gávão levado de New- castle para fora, a 14 lib. st., Aluguel de	
chelins pop medida	
[Chaldrón]	12 000 lib. st.
5 p. ½ nestes varios	
arts sobre os direi- tos ordinarios	46 000 lib. st.
Sal 10 soldos por al-	
queireto	69 000 lib. st.
6 soldos de augmento	
por cada advertencia	
nas Gazetas	9 000 lib. st.
Quitações em papel ce- lado pelos legados a	
razão de 2 ch. 6 sol.	
por hum legado de 20	
lib. sterl. 5 ch. por	
hum de 50 lib. st., e	
20 ch. por hum lega- do de 100 lib., e dari	
para sima	21 000 lib. st.
Licença annual de 5 ch.,	
que deve pagar cada	
vendedor de chá	9 000 lib. st.

Somma Total. 639 000 lib. st.

O resto do que se passou nesta Sessão o da- » remos em outro lugar.

Dos debates, que tem havido no Par- » lamento, se seguiu hum duelo entre o Lord Shelbourne, e Mr. Tullerton, no qual o pri- » meiro ficou ferido. As circunstancias desse facto, que tem feito muito estrondo, tambem » por falta de lugar deferimos para outra vez.

Eferevem de Barbadas temem alli chega- » do avisos particulares d'Havana, de que os » Hespanhoes tinham embarcado hum grande » corpo de Tropas de terra, que havião de na- » vegar comboizadas por algumas naos de » guerra, e que esta expedição se suppunha » ser dirigida contra a Pensacola.

Depois que os Hespanhoes atacáram as » nossas fortalezas na Luisiana, tem dado cui- » dado aos nossos Negociantes a Provincia de

Pen-

Pensacola; porque era provavel, que tendo bom successo as forças *Hespanholas* na *Luisiana*, se aproveitarião da fortuna, e invadirão aquella Província; mas os seus temores se tem socogido, pois sabemos por via da *Jamaica*, que tudo estava quieto em *Pensacola*. Todos julgão, que a grande expedição que sahio de *Brest*, e se compunha de 100 homens de Tropas, comboiados por 12 navios de linha, mandadas por Mr. *Duchaffault*, vai contra o *Canadá*.

Temos informação de que as forças de terra, e huma parte da Esquadra, que manda o Comodoro *Walsingham*, são destinadas contra os estabelecimentos *Hespanhóis* na baía de *Mexico*.

Dizem as cartas da *Jamaica*, que o Governador d'*Havana* tinha passado ordem, para que todas as pessoas, que não são Valdállos de S. M. *Cathólica*, sahisssem da Ilha de *Cuba* em seis semanas.

Quando alguns Membros propuserão no dia 29 de Fevereiro na Câmara dos Comuns, e no 1º de Março na dos Pares; o pedir-se a S. M. quizesse dar ao Cavalheiro *Rodney* hum final de público agradecimento, conferindo-lhe o Posto de Tenente General dos Corpos da Marinha, os Membros Ministeriaes julgarão, que convinha deixar essa prova de favor á livre disposição de S. M. Cumprirão-se em fim as suas esperanças, e S. M. conferiu este emprego ao Almirante *Jorge Rodney*, cuja renda se avalia em 3000 lib. por anno; com o que se desvanece a esperança, que tinham os amigos do Almirante *Palliser* de que este cargo lhe fosse restituído.

S. Maló 19 de Março.

Ha pouco que se avistou destes sítios huma pequena frota Inglesa de 7 velas entre fragatas, cuters, e hum navio de 50 peças: parecia ameaçar *Cancela*, onde estavão ancorados 3, ou 4 corsários: mas de tida ora pelos ventos, ora pela calma, não pode fazer algum ataque, e de noite se refugiarão os dous corsários para *Granville*: como houve tempo para se aperceberem, he provavel que os Inimigos abrão mão desta empreza.

Brest 20 de Março.

Os trabalhos do porto continuão com a

mesma actividade: tirárão-se da bateria Real muitas peças de bronze de 48, que fazem a primeira bateria do Real Luiz, navio da primeira ordem. O *Conquistador* de 74 peças, que se separou da Esquadra de Mr. *Guichen*, e foi obrigado a recolher-se, tornou a sahir no dia 12 pela manhã; mas tendo chegado logo ás dez horas hum Correio extraordinário, se lhe expedio huma embarcação a chamarlo, e entrou outra vez de noite. Sahio hum comboio de 22 velas para *Nantes*, e *Bordeaux*, acompanhado de huma fragata, e muitos cuters, e tem entrado muitos navios, tanto neutraes, como nacionaes.

P A R I S 2 de Abril.

A 18 de Março recebemos notícia de que o navio *Tonante* de 80 peças, separado da Esquadra do *Conde d'Esting*, e que tinha voltado a *S. Domingos*, aparecerá na boea do Golfo com huma fragata, e huma corveta, que escoltavão 60 navios mercantes, que partirão de *S. Domingos* a 13 de Janeiro. Este comboio se avalia em 30 milhões de lib., e não teve dano na sua jornada. Outro Correio nos trouxe noticia, de que grande parte destes navios tinham ancorado na Ilha de *Aix*: os outros devem ir comboiados por fragatas para *Bordeaux*, e *Nantes*, para onde são destinados.

L I S B O A 22 de Abril.

Por Decreto de 10 deste mez foi S. M. servida nomear a Francisco Pereira de Castro de Lacerda e Mello para Mestre de Campo do Terço de Infantaria Auxiliar da Comarca de Viana.

Por Resoluções de 8 de Abril foram nomeados Rodrigo Bernardo de Carvalhal da Silveira Betancourt para Sargento mór da Infantaria, com o Governo que tinha do Forte de S. Nôst. da Praça de Chaves; Simão Coelho Torrezão para Sargento mór da Comarca de Tavira; Pedro Joaquim das Neves Madail, Quartel Mestre do Regimento de Cavalaria de Meklembourg, para Capitão da primeira Companhia que vagar no mesmo Regimento.

O cambio he hoje na nossa Praça: Para Amsterdam 46 $\frac{3}{4}$. Londres 64. Paris 452. Genova 708.

S U P P L E M E N T O A G A Z E T A D E L I S B O A N U M E R O XVII.

Com Privilegio de Sua Magestade.

Sexta feira 28 de Abril 1780.

R A T I S B O N A 19 de Março.

O Directorio de *Moguncia* publicou hum papel a respeito da *Paz de Teschen*, e Feudos vagos pela morte do Eleitor de *Baviera*, no qual se conclue, que o Imperio ha obrigado a annuir ao dito Tratado, Convenções, e Actos a elle relativos; menos ao Art. XXIII., cujo exame ficou reservado para outra deliberação, com a formal clausula de que nem agrava, nem para o futuro possa o dito Tratado prejudicar em algum caso ás prerrogativas do Imperio, e das Religiões, cuja reciproca igualdade, pelo que pertence aos direitos dos que as professão, se funda na paz de *Wesphalia*; nem ás leis fundamentaes do Corpo Germanico; nem ás pertençóes particulares, que se possão allegar, quando for conveniente. Igualmente assentou a Dieta comunicar esta resolução a S. M. I., dando-lhe respeitosos agradecimentos pelos paternaes desvelos, com que trabalhou pelo restabelecimento, e conservação da tranquillidade pública.

C O B L E N T Z 2 de Março.

Aqui se sentirão no espaço de 24 horas 4 terremotos, e o primeiro foi bastante forte: também em *Bopardo*, pequena Cidade, distante desta tres leguas, se sentio outro assás violento no dia 26 pelas 6 e meia da tarde: a sua direcção era do Sul para o Norte; e na madrugada do dia 27, á mesma hora, em que nesta Cidade se sentio o ultimo abalo, o experimentáron tambem naquelle povo, sendo de reparar que muitos relogios, tanto de bofete, como de algibeira, parassem no dia 25 pelas humas hora depois do meio dia, e assim estivessem até ás quatro e meia, succedendo daqui rebentarem a alguns a mola real, e outras peças.

H A I A 30 de Março.

O Cavalheiro *Yorke*, Embaixador Extraordinario de Inglaterra, apresentou a 31 deste mez aos *Estatos Geraes huma Memoria*, á qual he provavel que S. A. P. não demorem a resposta, maiormente tendo os Deputados da Provincia de *Holland* entre-gue precedentemente á Assemblea de S. A. P. a 17 de Março, o voto de suas Constituintes, com a data de 15 de Março, que diz: »Que tendo deliberado sobre as duas Memorias do Cavalheiro *Yorke*, entregues o anno passado, em que reclamava o soccorro da Republica, suas Nobres, e Grandes Potencias tem considerado que a garantia, e soccorros estipulados, e promettidos por todos os Tratados de Aliança defensiva, que subsistem entre a Coroa Inglesa, e a Republica, se limitão do modo mais positivo sômente á Europa, como consta com maior evidencia pelo segundo Artigo do Tratado de 1678, pelos termos expressos: *Tudo porém nos limites da Europa sômente*; o qual foi confirmado, e ratificado ulteriormente pelo Artigo separado do Tratado de 8 de Janeiro de 1717: Que he incontestavel que se deve indagar a origem das actuais revoltas da *America*, ao mesmo tempo que a sua extensão ultior, e a communicação da guerra na Europa, não se podem considerar senão como consequencias accessorias destas primitivas desavenças: o que visto, não se pode dizer que os termos de Aliança, [casus fæderis] por modo algum sejam applicaveis á guerra presente. • Por estes motivos tem resolvido Suas Nobres, e Grandes Potencias que pelas ditas razões se diligenciará o effectuar com S. A. P., que se escusem de con-

ceder o que o Embaixador requer nos seus dous ofícios. • Também há algum tempo que sabemos que os Estados da Província de Frise se tem conformado pela sua Resolução de 29 de Fevereiro á opinião da Província de Hollandia a respeito do encontro entre o Almirante de Bylandt, e o Comodoro Fielding; e que S. M. P. tem assentado em consequência disto • que tendo o Comodoro Inglez feito insulto á bandeira da República, e tendo este procedimento provado o pouco efeito da condescendencia, que até aqui se tem tido com a Grande Bretanha, negando a protecção do Estado aos navios carregados de mastros, e madeiras de construção, devia pôr-se fim a esta condescendencia, e que se votaria da sua parte na Assemblea dos Estados-Gerais, que se concedesse hum comboio illimitado a todos os navios, que não fossem carregados de farenhas expressamente declaradas de contrabando nos Tratados, &c.

Depois que chegáram cartas de St. Eustáquio, correu a voz, de que pelos avisos da Jamaica corria alli notícia, que o Almirante P. Parker, e o Coronel Dalrymple se tinham feito senhores da Vera-Cruz, e tomado tres vélas Hespanholas, cuja carga se avaliava em hum milhão de libras esterl. Facilmente se vê o pouco fundamento que pôde dar-se a esta notícia vaga, que pôde muito bem ter procedido de huma relação adulterada, e confundida com a tomada de Omoa.

Igualmente se julga supposta a notícia de que o Almirante Parker queimara tres navios da Esquadra de Mr. de la Motte Piquet, e o obrigara a refugiar-se na Ilha de S. Martinho, cuja notícia se tem espalhado por Paris, donde também escrevem, que o Cavalleiro de Luxembourg, Capitão das Guardas de Corpus em sobrevivência, obtivera licença de S. M. para fazer huma viagem a Inglaterra, cujo motivo se ignora; e que os Oficiais do Corpo do Conde de Rochambeau receberão ordem para estarem em Brest no dia 25 de Março. Ultimamente avlsão os cartas de França, que ali havia notícia positiva de que Mr. Guichen tinha dobrado Cabos com bom sucesso no dia 6 de Fevereiro, pelo que terá já chegado à Martinica.

As cartas de Madrid dizem que Mr. João Jay, antigo Presidente do Congresso dos Estados Unidos da America, que desembarcou em Cadiz, ainda não tinha chegado á quella Corte no dia 7 de Março: Que Mr. Carmichael, antigo Membro do mesmo Congresso, estava alli havia já 3 semanas, que tinha aparecido na Corte, onde no dia 6 se tinha achado entre os Ministros Estrangeiros, que forão cumprimentar a S. M. pelo nascimento do Infante D. Carlos. Este Americano, que tem muito merecimento, juntamente com a arte de agradar, tem sido recebido por todos com grande agazalho.

L O N D R E S. Continuação das notícias de 30 de Março.

A 17 de Março, depois de se ter lido na Câmara dos Comuns o Bill proposto por Mr. Crewe • para se declararem os possuidores de terras, que tem officios nas Alfândegas, e outras Mezas de Despachos por inhabéis para votarem na eleição dos Representantes no Parlamento • expoz Mr. Hartley o designio que tinha de fazer brevemente huma proposta para se recolherem as Tropas Reaes das Colônias Americanas. Depois tornou a Câmara a continuar no exame da acusação de Mr. Temple Luttrell contra Mylord North, imputandole a culpa de que por si, e seus Agentes usara de maquinacões illicitas para corromper os Eleitores de Milbourne para a proxima eleição de Representantes no Parlamento. As circunstancias da acusação se reduziram em substancia ao offerecimento que fez Mr. Lloyd hum dos rendeiros de Mylord North a Mr. Mellycot, que he hum dos principaes moradores de Milbourne, de herdades do valor de 600 libr. esterl. com condição que tivesse o Ministro a escolha dos membros daquella povoação, &c. Tendo Mr. Temple Luttrell resumido as diferentes deposições, ie defendeu Mr. North pessoalmente, insistindo na insuficiencia das provas, de que nem se podia deduzir suspeita de que elle Ministro entrasse neste negocio • declarando mais que Mr. Lloyd nunca fora seu Agente, nem neste, nem em outro negocio; e tendo feito esta Apologia, se retirou ao gabinete do orador. Conhe-

cendo o mesmo *Lutrell* a pouca prova que havia de que o Ministro tivesse entrado, como elle dizia, nestas maquinações de corrupção, forcejou por persuadir á Camara que não fora a sua tenção tanto o culpar pessoalmente o Ministro, como o dar a conhecer nos *Commons* esta negociação ilícita para punir seus authores, propondo que se determinasse em geral » que constava á Camara que se usáro meios ilícitos, e de corrupção na povoação de *Milbourné-Port*, à respeito da eleição dos Membros do Parlamento. » &c. Mr. James *Lutrell* ajudou a proposta de seu irmão, que se retirou, tendo-a feito. Tendo o Sollicitador Geral *Wallace* mostrado que a accusação original fora contra Mylord *North*, ou seus Agentes, propôz que se lhe juntassem as palavras: *commettidos por Mylord North, ou seus Agentes.* Mr. *Thomas Thownshead*, o *Fox* alegarão que das deposições nada resultava, que se pudesse julgar como huma prova legal contra o Ministro; mas que não obstante da negociação referida, tinha respirado assas motivo, para que a Camara mostrasse o seu ressentimento contra os que nella tinham tido parte. Pelo contrario Mr. *Rigby*, amplificando a injuria feita ao primeiro Ministro, foi de parecer que os *Commons* devião despicar-lhe a honra ultrajada com huma estrondosa satisfação. Por fim foi aprovada a adição proposta por Mr. *Wallace*; e alterada assim a proposta de Mr. *Lutrell*, teve unanimemente a negativa; e julgando Mr. *Tuller* insuficiente esta decisão para o triunfo de Mylord *North*, propôz se resolvesse: • Que a accusação no que dizia respeito a este Ministro, era mal fundada, e injuriosa » cuja proposição passou sem se tomarem votos, não obstante a oposição de Mr. *Fox*. Terminado assim este negocio, tornou Mylord *North* ao seu lugar, agradecendo á Camara a equidade, que mostrava a seu favor, e protestou a pureza das suas intenções pela independencia do Parlamento, declarando: *Que era obrigação da Camara vigiar por esta independencia com o maior ciúme: que quanto a elle prosseguiria em fazer sempre quanto estivesse em seu poder para salvar os Direitos do Parlamento de todo o risco de serem invadidos.* Annunciou depois o primeiro Ministro, que por não ter recebido conta alguma da Companhia das Indias, pertendia propôr no dia 28 » que da parte do Parlamento se mandasse aviso a esta Companhia, de que o Governo tinha intenção de lhe pagar a sua dívida no termo de 3 annos; e que a carta dos seus Privilegios devia ainda ficar em vigor durante o dito tempo, conforme o antigo contrato feito com ella. • &c.

Como os interesses do novo empréstimo de 12 milhões não importão em mais de 693 £ 500 lib., he mais que suficiente o que se tira, segundo o cálculo de Mylord *North* das ultimas taxas propostas; porém he útil guardar algum superfluo para acudir às falhas. Este Ministro também mostrou, que o seu projecto tinha o util, de que sendo as taxas postas em objectos já taxados, não necessitavão novos Officiaes para se cobram. Por fim, congratulou a Nação da multiplicidade de recursos, que ainda lhe restavão para suprir as necessidades públicas; que ainda havia outros muitos Artigos, em que cabião novas taxas, sem que fossem muito onerosas ao Públco: que por ora os não apontava, antes os reservava para o anno seguinte; com tudo, que não podia deixar de fallar de huma Taxa, que havia em *Hollanda*, com o nome de *Direito Collateral*, que se lhe tinha indicado como digna de se introduzir em Inglaterra, que he hum certo tributo que pagão da herança, aquelles herdeiros, que não são descendentes do defunto em linha direita. Mostrando o Ministro o seu designio de introduzir o *Direito Collateral* na primeira occasião, apresentou mais á Camara a esperança de alguns outros aumentos nas rendas públicas: taes erão entre outros a extinção de 240 lib. esterl. de rendas vitalícias, que devem acabar o anno proximo, e as vantagens que resultarião da renovação da carta de Privilegio da Companhia da India. Tinha julgado o Ministro, que podia aproveitar-se o presente anno ultimo deste aumento: mas tendo-se-lhe malogrado o projecto, se consolava com a certeza que tinha de poder aproveitar-se deste fertil recurso para o anno que vem.

Mr. *Harsley* criticou em hum largo Discurso o Plano de taxação, que Mylord *North*

acabava de propor; e lembrou, que no princípio da guerra Americana, esse Lord tinha entreido os Membros Provincias com a esperança de tirar das Colônias huma renda suficiente para suprimir todos os impostos, ao mesmo tempo que com os baldados esforços de buscar esta renda, tinham crescido os interesses da dívida nacional de 4 milhões a mais de 6 milhões por anno.

Diz huma carta de *Kingston* de 18 de Dezembro, que o Capitão de huma chalupa Americana levada áquelle porto por huma fragata de guerra, contara que 3 fragatas Americanas de 40 peças, que estavão esperando a frota da *Jamaica*, que tinha sahido em Agosto, a tinham atacado, e tomado della 10 embarcações, e que não tomarão mais, por não terem gente com que amarinhar os navios.

PARIS 2 de Abril.

A reforma que Monsieur, e o Conde d'Artois, Irmãos do Rei, tinham tenção de introduzir nas suas Casas, imitando a economia recebida por S. M., teve agora o seu efecto; e estes Príncipes passarão seus Alvarás, nos quais, depois de exposta a necessidade de semelhante reforma, mandão aos Officiaes Maiores das suas Casas, que lhe dem conta de tudo quanto he susceptivel de economia nas suas repartições. Em todos os Tribunais tem sido bem recebida a Declaração de S. M. de 13 de Fevereiro de 1780 a respeito das taxas. A Camara da Contadoria, quando a registou em 6 de Março, determinou, que se dessem muito humildes agradecimentos a S. M. pelos benefícios, que a sua justiça acusava de fazer aos seus Vaúallos.

No dia 18 de Março se despediu de S. M. o Conde de Rochambeau, o qual na ultima promoção subio ao grau de Tenente General; e no dia 20 partiu para Brest: os Coronéis do seu Exército tinham ordem de se lhe incorporarem até 16 de Abril: he grande o número de Officiaes, que tem pedido o irem servir com elje: o Conde de Cuffine, Mestre de Campo do Regimento de Dragões do seu nome, pertendeo, e obteve consentimento Regio para trocar o seu Regimento pelo de Infantaria de *Saintonge*, que he hum dos que compõem este Exército, que dizem terá mais 200 homens, que antes estava assentado. Dizem, que pouco depois de ter partido o Marquez de la Fayette para se ir embarcar, lhe chegou hum grande maſſo, por via de Nantes, lacrado com as armas do Congresso dos Estados Unidos. A Marqueza de la Fayette assentou, que o devia remeter ao Conde de Maurepas; e este Ministro sem o abrir, o expedio logo por hum Correio, para que Mr. de la Fayette o recebesse antes de embarcar.

O Ministro da Marinha mandou notificar à Praça, que elle por hum Correio extraordiñario tinha recebido a alegre noticia da chegada do navio de guerra o *Tonante* a Rochefort, com duas fragatas, e 55 navios carregados de assucar, e outros generos, vindos de S. Domingos. A entrada desta frota causou summa alegria, e por ser a primeira, que depois da guerra entrou sem accidente, e ha boas esperanças de que o resto da frota da India, que escapou aos Ingleses, chegará com bom sucesso á Ilha do Frangal combuiada pelo navio *Ajax* de 64 peças: por quanto Mr. Bawer seu Capitão ha pratico nos mares da India, onde tem servido com distinção á Companhia.

A Corte tem assentado tornar a atolar este anno todos os navios que puderem navegar, e para isto tem expedido ordem a varios Regimentos, para darem destacamentos para servirem como soldados de Marinha. Os Regimentos de *Hainaut*, *Toix*, *Blaisois*, e *Real Italiano*, que estão de guarnição na Provence, devem dar os dous primeiros a 300 homens, e os outros a 400 cada hum. Escrevem de Montpellier que estes destacamentos, destinados a servirem na Armada da Mancha, marcharão para Brest a 16, e a 18 de Março.

Dão por certo que o Marquez de Chilleau, que mandava o *Protheo*, requereu hum Conselho de Guerra para se examinar nello o seu comportamento, para cujo fim alcançou licença para vir a França.

SEGUNDO SUPPLEMENTO
A'
GAZETA DE LISBOA
NUMERO XVII.
Com Privilegio de Sua Magestade.
Sabbado 29 de Abril 1780.

Protestação de 19 Lords feita contra a Resolução do Parlamento Britanico, tomada sobre a Proposta de Mylord Shelburne em 6 de Março.

De diferente opinião.

1. **P**orque nos he indubitavel que os doux Lords, cuja dimissão dos seus pôstos de Lords-Tenentes deo motivo a esta Proposta, não experimentarão este desgosto da parte de S. M., senão por causa do modo, com que se houverão no Parlamento: os factos declarados na Proposta são por si mesmos suficientes para convencer a todo o homem que discorre, de que este motivo fosse a unica causa da sua dimissão; e elles poderião bem justificar a censura que a Camara fizesse aos Conselheiros deste procedimento contrario à constituição. Mas ao mesmo tempo que a Proposta se tinha ordenado por modo tal, que continha huma censura contra os ditos Conselheiros apontados pelos seus nomes, se elles a tivessem merecido, ella lhes dava occasião de se justificarem de toda a censura, no caso que estivessem innocentes, pelo testemunho solemne, que em caso tal S. M. daria á sua innocencia.

2. Porque o offerecimento feito pelo nobre Lord, que propoz esta Representação, de que a retiraria, se algum dos Ministros de S. M. quizesse declarar debaixo da sua honra, que estas dimissões tiverão outra causa differente do que se tem allegado, e o silencio com que os Ministros tem julgado conveniente receber esta provocação, bem que notificados para se explicarem, por quasi todos os Lords, que fallarão a favor da Proposta, nos dão outra nova razão para nos confirmar na persuasão, de que S. M. foi aconselhado que tirasse aos doux Nobres Lords os seus Pôstos de Lords-Tenentes, por causa do seu comportamento no Parlamento.

3. Porque olhamos para esta dimissão dos Lords de pôstos importantes, e honoríficos, por causa do modo com que se houverão no Parlamento, como huma violação do Bil dos direitos, que declara: *Que o modo de se comportar no Parlamento nunca possa ser assumpto de acusação, ou de exame (muito menos de castigo) em qualquer outro Tribunal jõrã do Parlamento.* E nós temos os maiores temores das consequencias que podem resultar, se esta ousada tentativa, para arruinar hum dos principios mais sagrados da nossa constituição, passa impunemente, e fica servindo de exemplo.

4. Porque o arriscado fim, a que tende semelhante influencia, se tem augmentando muito pela connexão, que os officios, de que se trata [os Governos das Províncias] tem com a constituição presente da Milicia. Este importante ramo da defensão Nacional tem sido por tal maneira alterado, que quasi se tem perdido inteiramente de vista os principios originaes da Milicia Inglesa. Os abusos notorios, que alli se tem introduzido, e a pouca attenção, que ha para com o pequeno numero de regras uteis, que ainda restão, farião com que em pouco tempo a Milicia fosse hum arriscado instrumento entre as mãos do Ministro, senão fosse o exemplar zelo daquellas pessoas de distinção, que sacrificando todos os commodos domesticos, e sujeitando-se a esta rem sem necessidade muito remotos das suas Províncias, forcejão constantemente por conservarem a pureza da Milicia, ao menos no carácter dos seus Officiacs; e nós

con-

considerarmos estas alterações, e estes abusos, como huma cousa, que com muita maior razão deve dar motivos de inquietação, e temor, por se encaminharem a fazer com que a Milicia imite nos principios, e usos ao exercito permanente, em que parece que também todos os dias se introduzem innovações arriscadas; innovações, que ainda que se tenham allegado no decurso dos debates, nem tem sido negadas, nem defendidas.

5. Porque quando no mesmo momento, em que os Ministros usão da influencia da Coroa pelo modo mais corrupto, e mais contrario á constituição, julgão conveniente sustentar em contradicção á evidencia de todos os nossos sentidos: *Que ella não tem nada adiantado, nem della ha nada que temer*, nós não podemos ter muita esperança de que tais Ministros sofrão em tempo algum que esta influencia se diminua, bem que esta diminuição seja hum dos principaes objectos das súpplicas, e representações do Povo, fundadas em hum vivo sentimento da formidavel ampliação desta influencia, que tem tomado tamanhas forças, e que ainda cada dia se dilata mais.

(Assinados) *Harcourt, Wycombe, Craven, Camden, De Ferrars, Ponsonby, King, Derby, Beauclerc, Devonshire, Manchester, Rockingham, Rutland, Abingdon, Abergavenny, Fitzwilliam, Richmond, Effingham, Radnor.*

Representação da Camara dos Communs de Dublin a S. M. Britanica em agradecimento pelo Bil, em que se lhe concede a liberdade do commercio.

BENEFICIENTISSIMO SOBERANO. Nós respeitosissimos, e fidelissimos Vassallos de V. M., os Communs da Irlanda, juntos em Parlamento, pedimos humildemente licença para certificarmos a V. M. o nosso sincero affeço para com a Pessoa Real, e Governo de V. M. Sentimo-nos vivamente abalados de reconhecimento pela nunca interrompida attenção, que V. M. tem tido a favor dos interesses da Irlanda, e da feliz mudança, que a prudencia dos conselhos de V. M., e os sentimentos liberaes do Parlamento Britanico tem operado nas circumstancias dos nossos negocios. Sentimos em nós, em razão dos beneficios, que nos tem sido concedidos, duplicada satisfação, tanto porque nos parecem que são hum efficaz remedio contra a pobreza deste Paiz, como porque elles nos dão huma prova indubitavel daquelle fraternal affeço, que nos julgamos com direito de esperar da Grande-Bretanha, e que nós applicamos constantemente a cultivar, e augmentar de sorte, que chegue ao grão da reciproca confiança a mais perfeita. Supplicamos humildemente a V. M. que esteja persuadido que sentimos em nós o prazer mais sincero, vendo que os vinculos que tem sempre unido os douos Reinos, se tem apertado hoje mais estreitamente pelo procedimento dos nossos Co-Vassallos; e seguramos a V. M. que da nossa parte não faltaremos nunca em fazer as maiores diligencias por manter esta intimia connexão entre os douos Reinos, a qual, seguido o que firmemente nos capacitamos, he inseparavel da ventura, e prosperidade de ambos.

Representação da Camara dos Lords pelo mesmo motivo.

BENEFICIENTISSIMO SOBERANO. Nós respeitosos, e fieis Vassallos de V. M., os Lords Ecclesiasticos, e Seculares, juntos em Parlamento, supplicamos humildemente a V. M. queira acceitar os nossos mais sinceros agradecimentos pela infatigavel, e zelosa attenção de V. M. a favor da prosperidade deste Reino, cujos felizes effeitos se mostrão actualmente por modo mais particular nas saudaveis providencias, que a prudencia dos conselhos de V. M., os sentimentos liberaes do Parlamento Britanico, e o concurso generoso da Nação Britanica tem concluido para nosso allívio. Seja-nos permitido segurar a V. M. que nós os recebemos com a satisfação mais agradecida de que elles trazem hum remedio proporcionado á nossa necessidade; e que dando-nos a prova mais feliz do sincero affeço da Grande-Bretanha, servirão com a maior efficacia de manter, e corroborar aquella mutua confiança, e aquella harmonia entre os Vassallos de V. M. nos douos Reinos, que nós diligenciaremos sempre cultivar com o maior cuidado. Permita-nos mais V. M. que lhe seguremos, que sendo realmente sensíveis aos multiplicados bens, que desta reciproca confiança devem passar,

atalharemos, e reprimirmos com todas as nossas forças qualquer tentativa, que homens illudidos possão fazer, com o fim de suscitar inquietações sem fundamento no animo do Povo de V. M., ou de desviar a attenção do mesmo Povo das vantagens de Commercio, que lhe tem sido concedidas por modo tão amplo.

Instruções apresentadas aos Representantes do Parlamento pela Corporação da Cidade de Dublin.

Senhores. Nós nos julgamos obrigados a aproveitar esta primeira occasião de vos dar acções de graças sinceras, e cordiaes pela vossa virtuosa conduçāo no Parlamento: conduçāo, que assim como a da maior parte da grande Assemblea, de que sois Membros [igualmente distinta pela sua constancia, e moderação durante esta Sessão memorável] tem conseguido para a vossa Patria a extensão do seu Commercio, e lançado os fundamentos á sua liberdade, e ventura: Nós nos alegramos em comum com o resto dos nossos Co-Vassallos á vista dos bens, que temos alcançado, e que estamos plenamente convencidos, terem sido hum effeito da virtude do nosso Parlamento, sustentada pela cōragem da nossa Nação: mas como estes bens se limitão ao Commercio, e este mesmo ainda não está inteiramente restaurado, e seguramente deve a nossa satisfação ter tambem limites, para que não mostremos que nos descuidamos, ou nos esquecemos dos nossos Direitos, e dos nossos Privilegios, com a alegria que nos causa a reparação de huma parte delles.

Nós sustentamos firmemente que nenhum Parlamento teve, nem tem, nem por Direito pôde ter poder, ou authóridade alguma neste Reino, senão o Parlamento de Irlanda: Que nenhum estatuto tem força de Lei neste Paiz, menos que não seja passado como Lei pelo Rei, com consentimento do Parlamento de Irlanda; e estamos convencidos de que este principio he indispensavelmente necessário para conservar a harmonia entre a Inglaterra, e a Irlanda.

O que tendes já feito, segundo nós esperamos, não he mais do que hum grande principio; e não duvidamos que o remate da presente Sessão seja, tão vantajoso a favor da constituição, quão saudavel foi a sua abertura para o Commercio deste Paiz. Entre os outros objectos do vosso cuidado, vos recommendamos que não percais a presente occasião para manter as liberdades de Irlanda, pondo todas as diligências que couberem em vós para conseguirdes que se passe hum Ato declaratorio, que ponha absolutamente seguros os Direitos Constitucionaes desta Nação livre, e independente contra qualquer Legislação Estrangeira, e de apoiar com constancia huma modificação do Ato de Poyning, por modo tal, que acautele efficazmente toda a intervenção impropria, e contraria á Constituição entre o Rei, e os Pares, e Comunes de Irlanda. [Assinados] Guilherme James. João Exshau Sherifas.

Resposta dos Representantes.

Senhores. Grande satisfação nos causa ver o conceito tão favoravel que fazéis da constancia, e moderação do Parlamento: e estamos certos que não deixareis de adiantar, com a conveniente attenção a estas duas qualidades, e quanto couber nas vossas forças, a obra saudavel, em que se occupão os Representantes da Nação. Nós sentimos huma particular satisfação, em que nos ponhais no número dos que tem fielmente desempenhado a confiança de seus Constituintes, e temos por muita honra o recebermos as vossas instruções.

Sem pretendermos oppôr-nos á justa, e legal authóridade do Rei sobre este Reino, e menos ao exercicio desta authóridade pelo modo constitucional, estamos plenamente capacitados, que nenhuma legislacāo Estrangeira, qualquer que ella seja, tem direito, nem pôde arrogar algum poder de authóridade sobre esta Nação; e a todo o tempo, estamos promptos a defendes as liberdades de Irlanda, como tambem a ajudar com todas as nossas forças as diligencias, que se dirigirem a fazer expedir Leis declaratorias, concebidas por modo, que atalhem toda a restricção injusta, e firmem a Independencia desse Reino. Tambem ajudaremos com perseverança, e apoiamos a modificação de Leis, que usurpem os direitos, ou se dirijão contra os Privilegios do Parlamento, e

que

que fazem com que exista huma intervenção inconstitucional entre o Rei, e os Pares, e Communs de Irlanda.

Em levar adiante estes grandes objectos, seja a nossa perseverança caracterizada de moderação, e uniformidade, e teremos fundamento para esperar, que o remate desta Sessão será tão vantajoso à Constituição, quanto a sua abertura foi util ao Commercio deste Paiz. Honramo-nos de ser com o maior respeito, e gratidão, &c. [Assinados] *William Clement, Samuel Bradstreet.*

Edicto de S. M. Christianissima sobre a continuaçao da segunda Vintena, &c.

LUIZ, &c. Não obstante o Estado, em que achamos o nosso Erario, quando subimos ao Throno, sempre teríamos conseguido, por effeito da nossa applicação, e economias, o tirar a nossos povos huma parte dos impostos, cujo termo se acabava neste anno; porém tendo o interesse das dívidas, que temos sido obrigados a contrahir, para poder suprir as despezas da guerra, consumido a maior parte do que tínhamos poupadu, nos vemos agora privados de huma das maiores satisfações, que poderíamos desfrutar: pelo que nos vemos obrigados a protoger estes mesmos impostos, esperando dos nossos fieis Vassallos, que confiando-se na nossa inquietação, não duvidarão da ansia com que nos havemos de empenhar em diminuir o onero dos seus encargos, logo que as circumstancias nos derem meios para o poder fazer. Por estas causas, &c.

Folla do primeiro Presidente do Parlamento de Paris a S. M. Christianissima.

SENHOR. Resolvendo-se o vosso Parlamento, por voto unanime, a registrar o Edicto, que approuve a V. M. dirigir-lhe, cedeo ao zelo, de que elle he animado pela gloria das vossas armas, e aos sentimentos de respeito, e submissão, de que he penetrado para com a sagrada pessoa de V. M. O vosso Parlamento, levado da confiança mais absoluta nas intenções de justiça, e bondade, de que V. M. dá provas ao seu povo, não tomou a liberdade de fazer algumas Representações sobre a multiplicidade, natureza, duração, e forma de se perceberem os Impostos, cuja prorrogação foi ordenada. A fidelidade que o Parlamento deve a V. M., está exigindo que elle represente muito humildemente quanto he justo, e digno da bondade paternal de V. M. o animar, e sustentar os esforços dos seus povos. Sem dúvida as circumstancias actuaes, a fidelidade em cumprir os antigos, e novos encargos, e a pontualidade em pagar as dívidas do Estado, não permittirão a V. M. o satisfazer o desejo que tinha annunciado desde o instante, em que subio ao Throno, de alliviar o pezo dos impostos, e o tem obrigado a suspender os effeitos da sua benevolencia. Mas ao menos, Senhor, compete á justiça de V. M. o suavizar desde já a forma da cobrança das Vintenas, e não permittir que, com o pretexto de estabelecer melhor ordem no recebimento, sejam os Proprietarios expostos ás referidas buscas contrarias á sua tranquillidade. Igualmente compete á justiça de V. M. o diminuir a duração deste imposto, que não pôde já mais ser considerado, senão como hum socorro extraordinario, que só se pôde pedir, quando he indispensavel.

A economia, Senhor, he hum secundo, e inexaurivel manancial, cujos recursos, e fecundidade podem suprir meios para se abbreviar a duração dos impostos: basta a economia para estabelecer entre a receita, e a despesa aquella prudente proporção, que he o fundamento todo da boa administração. Basta a economia, de que V. M. tem tão felizmente desenhado os Planos, para lhe grangear a satisfação de ver florescente o seu Reino, e [o que move mais ainda o paternal coração de V. M.] para fazer felizes os seus povos.

Resposta de S. M. a este Discurso.

Vejo com satisfação o zelo do meu Parlamento, e a confiança que põe na prudencia dos meios, de que me valho para evitar, quanto he possivel, o aumento dos encargos dos meus povos. Confio na sua submissão, e fidelidade; e elle pôde confiar tambem na minha protecção.